

TERMAS SÃO PEDRO DO SUL

SÊ COMO A ÁGUA



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2023

TERMALISTUR - TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL, E.M., S.A.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2023.

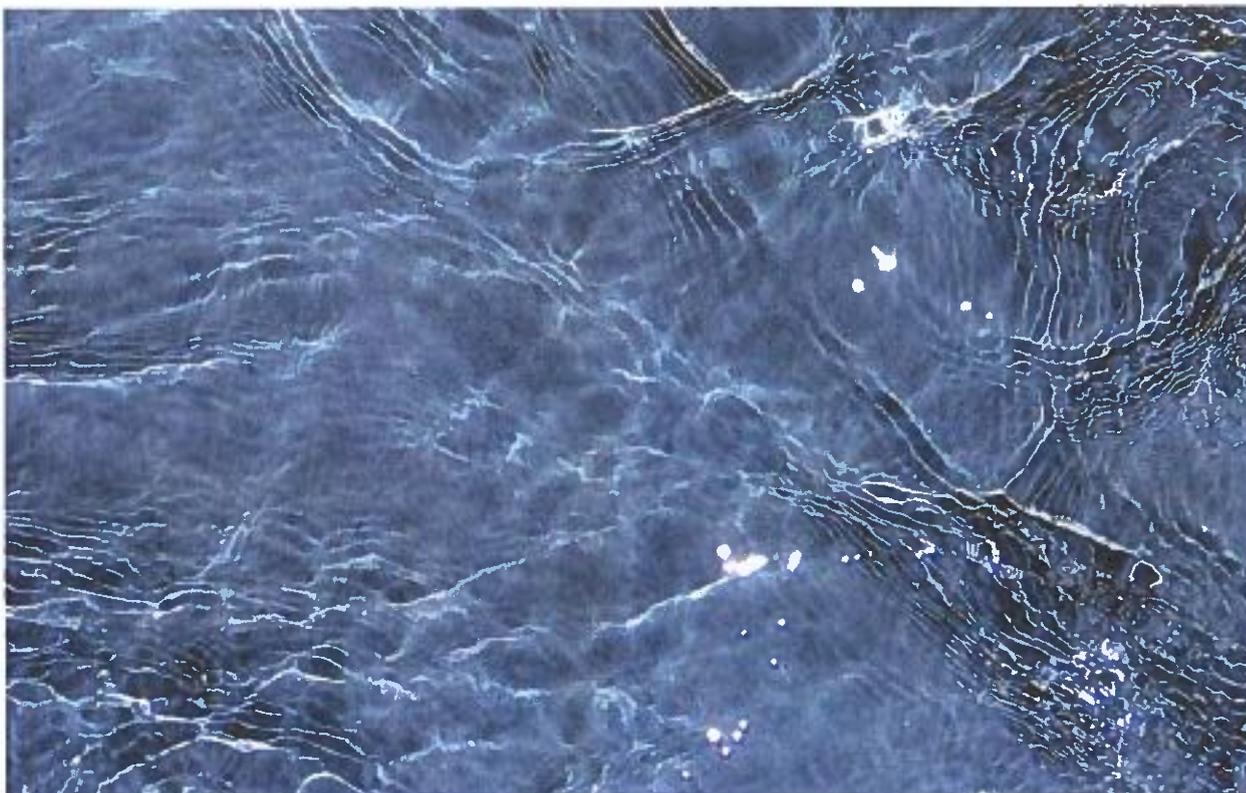
1. NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 9º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração apresentar anualmente à Assembleia Geral, o relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, relativos ao ano de 2023.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2023.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e

contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.





2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

IDENTIFICAÇÃO

Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

SEDE SOCIAL

Praça Dr. António José de Almeida – Termas de S. Pedro do Sul
3660 – 692 Várzea SPS

CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA

Sociedade Anónima com o n.º de pessoa coletiva 506817997

CAPITAL SOCIAL

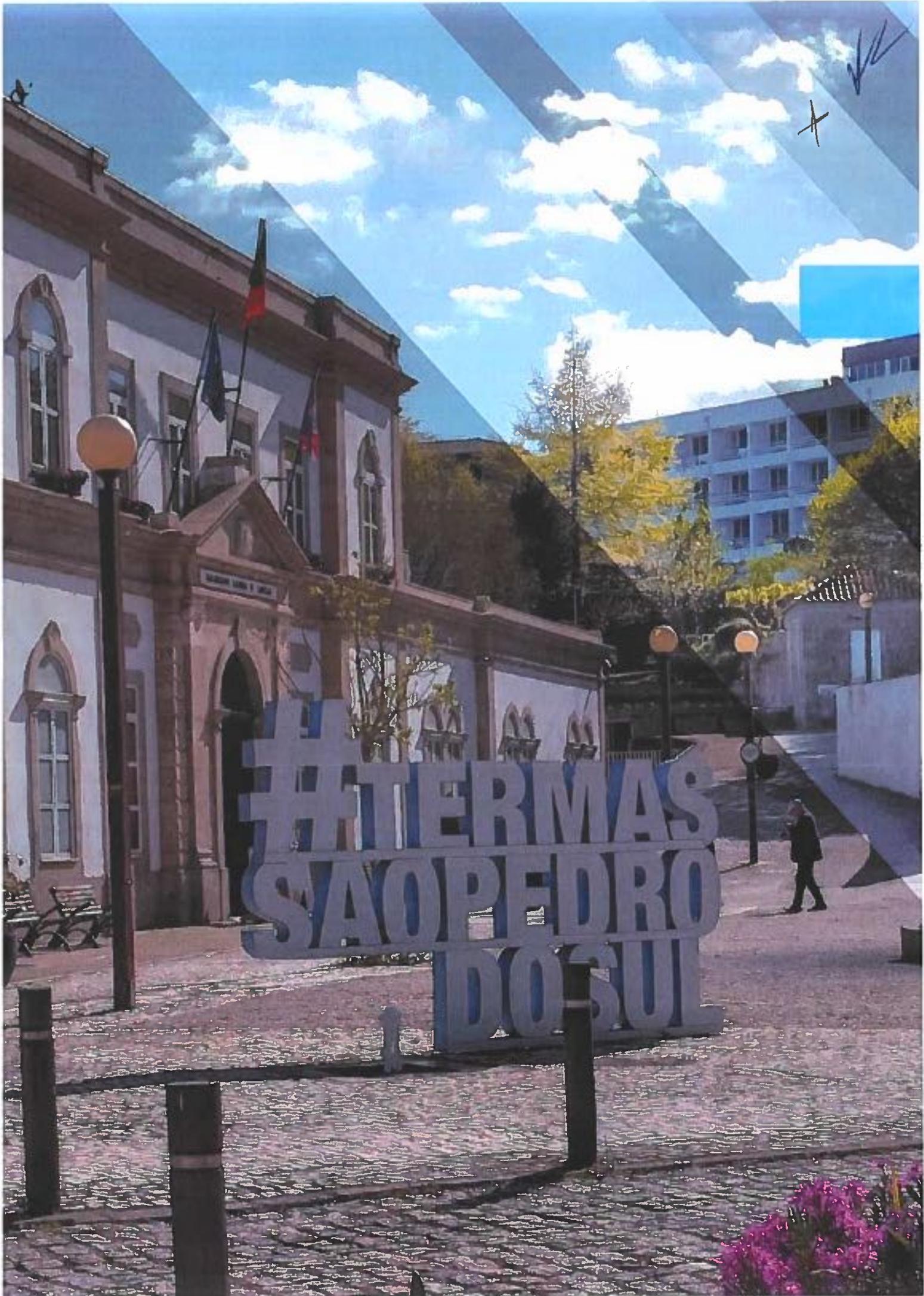
O capital social da empresa é no montante de 4.559.379 € (3.320.335,73 € em dinheiro e 1.239.043,27 € em espécie), estando totalmente realizado e é detido integralmente pelo Município de S. Pedro do Sul, a 31/12/2023, a empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 euro por ação.

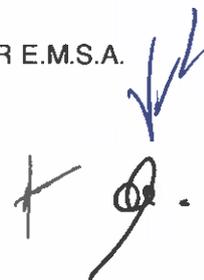
CONTACTOS

Telefone: 232 720 300

Fax: 232 712 152

Internet/email: www.termas-spsul.com / geral@termas-spsul.com





3. ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos dos seus estatutos, a Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A., tem o seu Conselho de Administração composto por três Administradores, sendo um Presidente e dois Vogais.

O Conselho de Administração nomeado pela Assembleia Geral da Termalístur para o quadriénio 2021/2025, tem a seguinte composição:



PRESIDENTE

Dr. Victor Jorge Paiva Leal



VOGAL

Dr. Fernando Varanda Aido



VOGAL

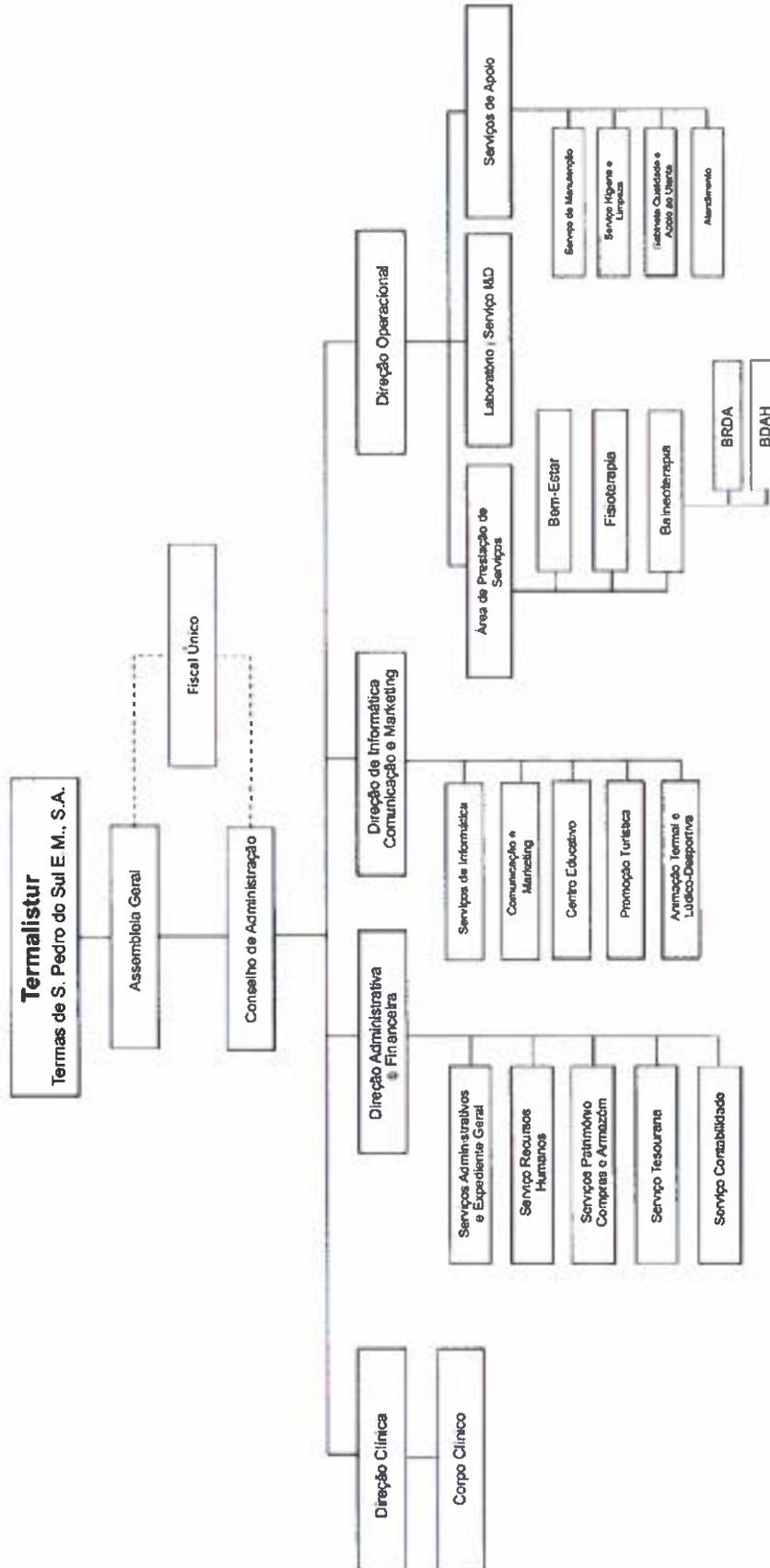
Dra. Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

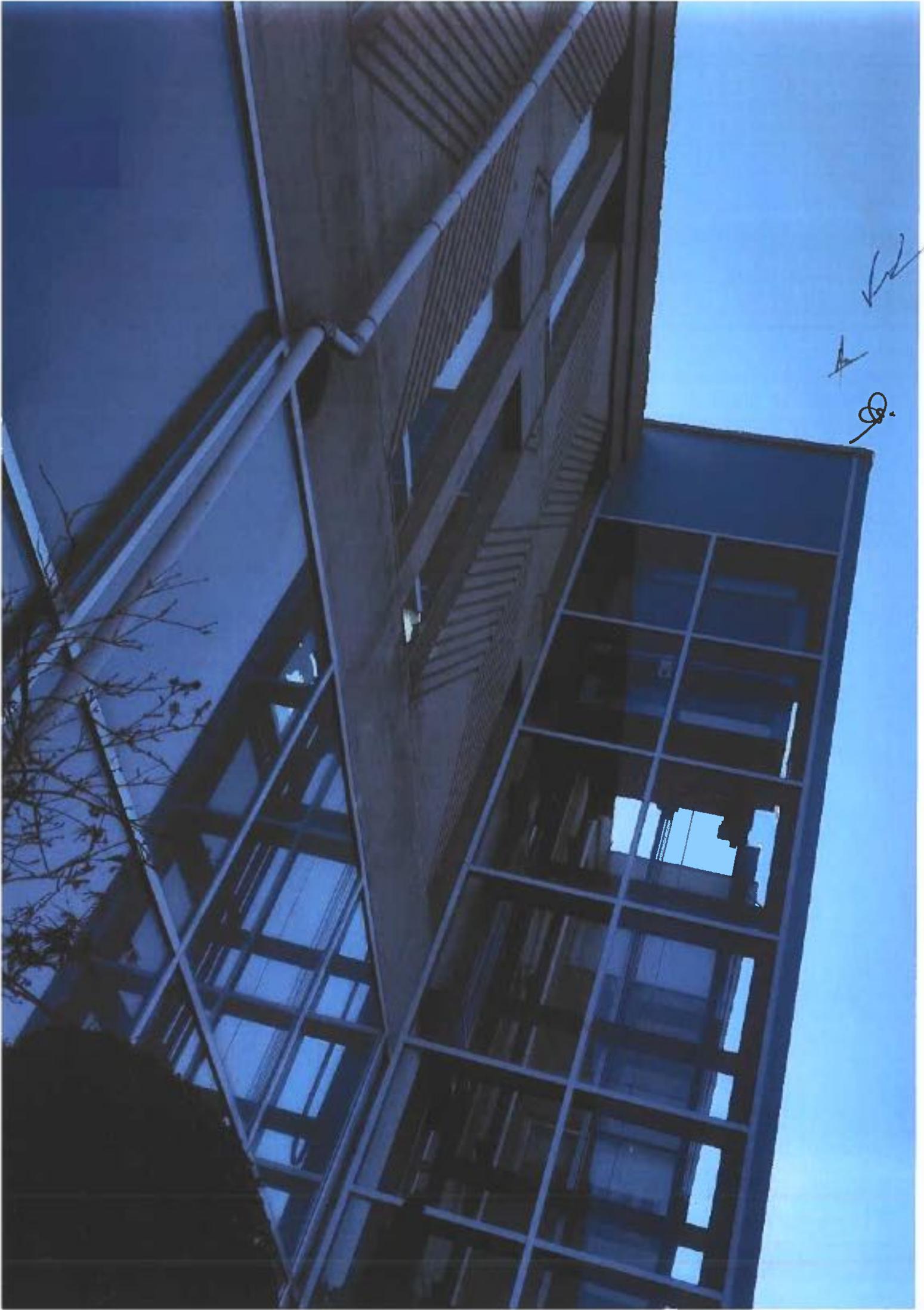
FISCAL ÚNICO

Dra. Margarida Cecília Pais de Oliveira Carragoso

4. ORGANIGRAMA

ORGANIGRAMA







5. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2023 pode ser dividido em 3 categorias, economia, guerras e alterações climáticas.

Para muitos, a evolução da economia em 2023 foi uma surpresa. A ameaça das elevadas taxas de inflação registadas em 2022 fazia temer o pior. Historicamente, períodos de elevada inflação são seguidos por períodos de recessão, diminuição drástica da atividade económica e subida do desemprego. No entanto, a recuperação das cadeias logísticas, a diminuição da procura por bens de consumo, as políticas financeiras e monetárias adotadas pelos bancos e a estagnação dos salários permitiram abrandar a inflação. O mundo parece ter afastado o cenário de recessão, substituindo-o por uma "soft-landing". Para os restantes indicadores, a palavra de ordem foi "abrandamento", a atividade económica abrandou, o crescimento do PIB da maioria dos países abrandou e o mercado de trabalho abrandou.

Na segunda categoria, guerras, aconteceu o esperado e o inesperado. Como era expetável a guerra na Ucrânia permaneceu

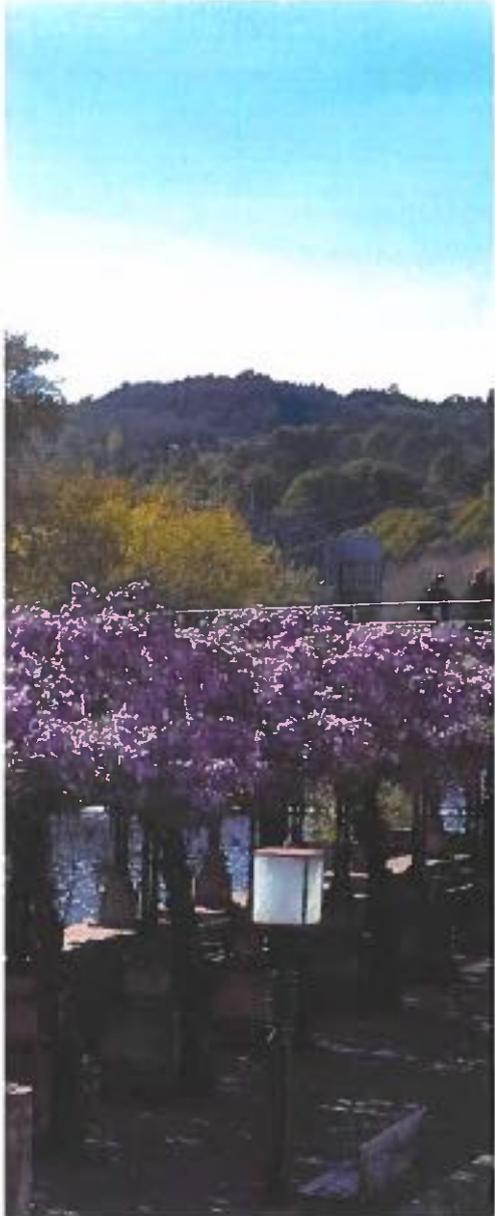
o ponto central de grande parte de 2023. O conflito atingiu um novo impasse após a contraofensiva ucraniana ter nutrido poucos ganhos sendo que a Rússia manteve a sua política de bombardeamento indiscriminado. Do lado do inesperado, o mundo assistiu ao reacender de um conflito histórico no médio oriente. A invasão de Israel pelo Hamas despoletou uma contraofensiva na Faixa de Gaza que se materializou numa invasão por parte das forças israelitas e no bombardear incessante do território palestino. Ao contrário da guerra na Ucrânia, em que a resposta pró-Ucrânia foi praticamente total, o conflito no médio oriente gerou ondas de controvérsia que se alastraram um pouco por todo o mundo. Líderes mundiais tomaram posições opostas, foram levantadas questões sobre crimes de guerra de parte a parte e alastraram-se manifestações populares pró-palestinas em vários países. Este conflito armado, que se tornou também num conflito de opiniões, fez aumentar as divisões religiosas em algumas regiões, com relatos de

A
↓
↓
↓

ataques e de um aumento generalizado do sentimento antissemita. No meio da escala destes conflitos é de lembrar que 2023 viu ainda dois golpes de estado militares, um no Níger e outro no Gabão.

Por fim, na categoria alterações climáticas, o mundo ardeu, tremeu e também inundou, naquele que foi o ano mais quente desde que há registo. A preocupação com as alterações climáticas aumentou à medida que várias regiões do globo se viram a braços com condições meteorológicas cada vez mais extremas.





5.1 A NÍVEL INTERNACIONAL E EUROPEU

O ano de 2023 trouxe surpresas para grande parte dos economistas. As rápidas subidas das taxas de juro não fizeram cair os mercados financeiros e as taxas de inflação, que continuam significativamente acima do desejado, parecem estar a ser controladas sem despoletar uma recessão. No entanto, esta resiliência inesperada dos mercados não significa que tudo tenha corrido bem.

Embora aparentemente, grande parte do mundo tenha evitado a queda numa nova crise, o crescimento económico abrandou de forma generalizada. Segundo o World Bank o crescimento do PIB mundial tinha sido de 3% em 2022, mas ficou-se pelos 2,6% em 2023. O Fundo Monetário Internacional aponta três grandes culpados para o desacelerar das economias.

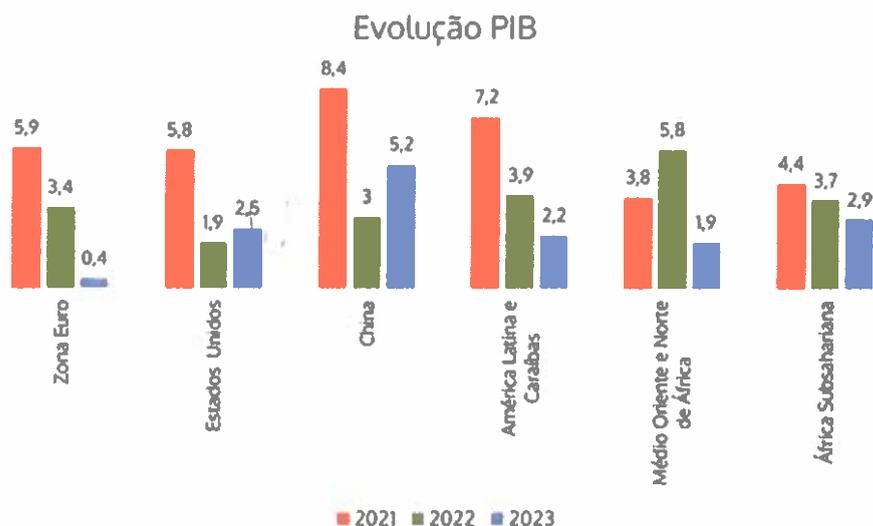
Em primeiro lugar, o fim da recuperação económica pós-covid. Em 2022 as economias mais baseadas em serviços observaram uma maior retoma que as outras, mas a retoma está praticamente concluída o que fez estabilizar o crescimento em 2023.

Em segundo lugar, houve um apertar das condições de disponibilização de crédito fruto de políticas monetárias mais restritas que tinham como objetivo controlar a inflação. Esta rigidez dos mercados financeiros afetou o mercado imobiliário e o investimento, especialmente em países com maior incidência de taxas de juro variáveis.

Por fim, com um efeito mais generalizado, a inflação continuou a causar estragos. Os mais afetados foram os países mais dependentes do fornecimento de energia da Rússia e que viram os preços da mesma aumentar.

Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do PIB desagregados pelas principais regiões do mundo.

Com exceção da China e dos Estados Unidos, todas as restantes regiões observaram uma queda de crescimento, dando continuidade à tendência iniciada em 2022. A inflação comportou-se de forma semelhante, observando-se uma subida menor do indicador na maioria das regiões.



Como explicação para a desinflação observável no gráfico acima, o FMI e World Bank estão largamente de acordo nas principais causas.

A quebra na procura, associada a uma retoma das cadeias logísticas de fornecimento que tinham sido altamente impactadas pelo Covid-19 e pela guerra na Ucrânia, fizeram cair a pressão sobre o mercado das commodities.

O preço dos combustíveis baixou mesmo com a flutuação registada na segunda metade do ano, fruto da instabilidade no médio oriente. A descida deve-se a um aumento das exportações de países não OPEC+ e a uma menor procura, fruto da quebra na produção global.

Os salários mantiveram-se constantes, este facto, associado ao fim de muitos dos apoios dados pós-Covid-19, retirou poder de compra às pessoas, ajudando a diminuir a pressão da procura. Adicionalmente, impediu a chamada wage-price spiral, fenómeno em que o aumento dos salários leva a uma maior procura, que por sua vez, leva a um aumento de preços, o que leva a uma maior pressão para aumento de salários, perpetuando um ciclo.

Embora, se possa celebrar o aparentemente cenário de soft-landing, os bancos centrais continuam a alertar para o facto de as taxas continuarem bastante acima dos 2% desejáveis.

Por isso mesmo, a política monetária dos principais bancos centrais continuou bastante apertada. Esta política permitiu conter as principais crises do ano no setor bancário nomeadamente quando diversos bancos regionais dos EUA e o Credit Suisse se

mostraram problemáticos. No entanto a rigidez financeira, que se materializa num aumento das taxas de juro, começou a contagiar outras áreas da economia.

Ao longo de 2023 foi possível observar uma diminuição de disponibilização de crédito por parte dos bancos. Por um lado, houve um aumento da exigência para o fornecimento de financiamento, por outro lado, as empresas tentaram diminuir as suas alavancas financeiras contraindo menos dívidas.

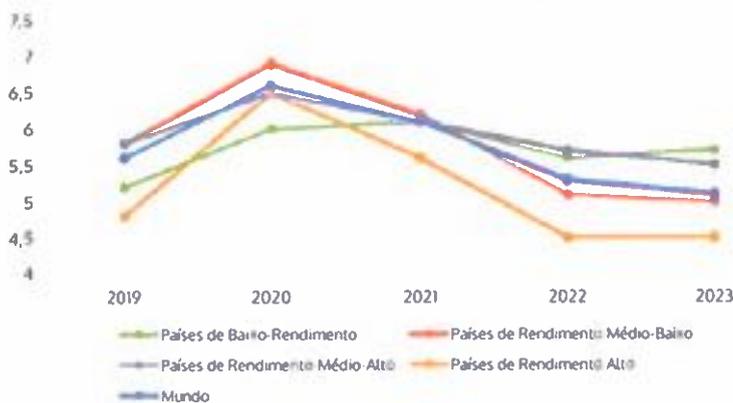
A quebra de atratividade dos créditos também levou a uma quebra no investimento. Um dos setores que mais sentiu esse efeito foi o mercado imobiliário onde os preços das casas começaram a estagnar e até a inverter a tendência de crescimento em alguns países.

Pela positiva, a política monetária mais apertada parece não ter afetado de forma relevante os mercados de dívidas da maioria das economias. Não obstante, o World Bank alerta que no grupo das economias emergentes e em desenvolvimento, 1 em cada 4 países continua a encontrar custos proibitivos de financiamento.

Sem quebrar a tendência de abrandamento dos outros indicadores, também o mercado do trabalho estabilizou. Apenas os países de baixo rendimento registaram um ligeiro aumento da taxa de desemprego, com os restantes a continuarem a tendência de queda que se vinha a registar desde 2021.



Taxa de Desemprego (%)



Como ilustrado no gráfico anterior, as quedas sentidas em 2023 são modestas quando comparadas com as do período homólogo. Mesmo assim, a Organização Internacional do Trabalho (ILO) reporta que as dificuldades de contratação e retenção de mão de obra em alguns setores continuaram com os especialistas a alertar que alguns países estão a assistir a uma fuga de trabalhadores qualificados, dos seus países de origem, para países com melhores ofertas salariais. Um fator preocupante foi a inexistência de aumento do salário real em 2023. Mesmo com a falta de trabalhadores, tanto o FMI como o ILO reportam que não existiram aumentos salariais significativos no ano findo. Esta ausência de aumentos de remunerações, associados a uma inflação elevada e a um mercado imobiliário que estagnou com preços e taxas de juro elevadas, fez com que os trabalhadores tivessem perdido poder de compra.

Relativamente à estrutura do mercado de trabalho, as mudanças continuaram a acontecer, em especial nos países de alto rendimento. Houve um aumento de trabalhadores em regime part-time sendo que este fenómeno foi mais prevalente nas mulheres. As horas médias de trabalho continuaram abaixo dos níveis pré-pandemia, em parte devido ao ponto anterior, outra parte porque as empresas têm reduzido cargas horárias de forma a manter profissionais.

Na vertente não financeira, 2023 foi um ano de problemas. Enquanto o mundo continuava a assistir às imagens de guerra vindas da Ucrânia, um novo conflito emergiu no Médio Oriente. Um ataque do grupo terrorista Hamas despoletou uma resposta de Israel na Faixa de Gaza. E enquanto a guerra despoletada na Ucrânia era para muitos

preto e branco, o conflito do médio oriente foi ganhando vários tons de cinza à medida que dirigentes e representantes de diversos países foram tomando posições opostas. O alegado uso desproporcional de força e crimes de guerra de Israel deixaram vários países a braços com manifestações pró-Palestina e com o aumento de um sentimento antissemita.

Mas nem todos os protestos foram contra a guerra, o mundo assistiu também a lutas pelo ambiente. O tema das alterações climáticas surgiu várias vezes ao longo do ano, quer por bons motivos, como quando a nova lei europeia de restauração da natureza foi aprovada no parlamento europeu numa votação renhida em que os principais opositores eram os partidos de direita mais conservadores. Como por maus motivos, como quando a cimeira da COP28 ficou manchada pelo aparente plano dos Emirados Árabes Unidos de usar esta plataforma da sustentabilidade para discutir negócios de petróleo.

Acima de tudo, o tema das alterações climáticas surgiu sempre que um novo desastre natural se fazia sentir. No que toca a fogos, o Canadá foi atingido pelos piores incêndios de que há registo, a Grécia viu uma das suas ilhas turísticas ter de ser evacuada por causa das chamas, e no Havaí, uma das regiões históricas foi reduzida a cinzas. Embora nem todos os fogos sejam causados pelas alterações climáticas, 2023 foi o ano mais quente desde que há registos.

Mas as catástrofes naturais não se ficaram pelos fogos, o mundo enfrentou vários terremotos com dois a ganhar uma dimensão catastrófica, um em Marrocos, que matou 3.000 pessoas, e um que atingiu a Turquia e a Síria e vitimou 60.000 pessoas. Também as cheias foram problemáticas, na Líbia,



as maiores cheias do último século destruíram duas barragens e causaram 4.000 mortos.

Por estas razões e por outras, o doomsday clock, relógio simbólico criado para simbolizar o quão perto a humanidade está de uma catástrofe global, foi colocado a 90 segundos da meia-noite. Por outras palavras, desde que foi criado em 1947, nunca o relógio esteve tão perto da hora que simboliza o fim da humanidade.

EUROPA

A Europa acompanhou a tendência global nos principais indicadores económicos e, tal como as restantes regiões do globo, teve como principal desafio as elevadas taxas de inflação.



Recorrendo a algumas regiões ilustrativas, o gráfico acima espelha o parco crescimento do PIB na Zona Euro em 2023. Este abrandamento é espelho de uma quebra na atividade industrial, e numa perda de força no crescimento dos serviços.

Por outro lado, a inflação também abrandou de forma transversal em todos os setores. Para os bens, a descida dos preços deve-se a uma quebra na procura e à recuperação das cadeias logísticas e de fornecimento. Na área dos serviços, atingiu-se o ponto de reabertura plena o que trouxe mais equilíbrio à relação procura oferta.

Relativamente ao desemprego, não houve alterações significativas entre 2022 e 2023. O Eurostat reportava que a taxa de desemprego na Zona Euro era de 6,5% em outubro de 2023, uma descida de 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,6% registados a outubro de 2022. Quanto à União Europeia, a taxa de desemprego terá ficado pelos 6% em outubro de 2023, uma descida 0,1 pontos percentuais relativamente aos 6,1% registados a outubro de 2022.

Mesmo que ligeira, a descida da taxa de desemprego demonstra a resiliência do mercado de trabalho face à desaceleração de atividade e crescimentos na Europa. Não obstante, o ano findo

viu diminuir o número de vagas disponíveis bem como a procura por mão de obra, especialmente nos setores industriais e de construção. O setor dos serviços, embora continue em expansão, também mostrou sinais de quebra.

O consumo privado estagnou, depois de ter aumentado 4,1% em 2021 e 4,3% em 2022, o FMI reporta que o crescimento em 2023 fica pelos 0,7%, resultante da subida do consumo de serviços dado que o consumo de bens perecíveis caiu ao longo do ano. O consumo público também abrandou, para os 0,1%, uma quebra menos acentuada dado que em 2022 o crescimento tinha sido de apenas 1,3% o que já contrastava com os 4,1% de 2021.



A NÍVEL NACIONAL

O Banco de Portugal registou um crescimento de 6,8% do PIB português em 2022. Para 2023 os dados indicam um crescimento de 2,1%, uma quebra de 4,7 pontos percentuais. Embora o ano tenha começado forte, o segundo e terceiro trimestres trouxeram um estagnar da atividade económica que se manteve até ao final. Esta quebra está intrinsecamente ligada ao abrandar de atividade dos parceiros económicos de Portugal tendo-se registado uma descida da procura externa. Adicionalmente, a política monetária mais apertada afetou as condições de financiamento das empresas e investidores. Com as quebras sentidas, foi o turismo que sustentou o fraco crescimento português em 2023, bem como os fundos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Quanto ao indicador que mais preocupava os especialistas, a inflação, também sofreu uma quebra causada pela normalização da oferta, pela política monetária e pelo abrandar da procura. Desta forma o FMI estima que, após um crescimento de 8,1% em 2022, a inflação tenha sido de apenas 5,3% em 2023. A Comissão Europeia é mais pessimista, apontando uma taxa de inflação de 5,5%. Embora ambas as instituições mencionem uma recuperação da estabilidade nos preços, é de lembrar que as taxas indicadas para 2023 continuam acima dos níveis desejados.

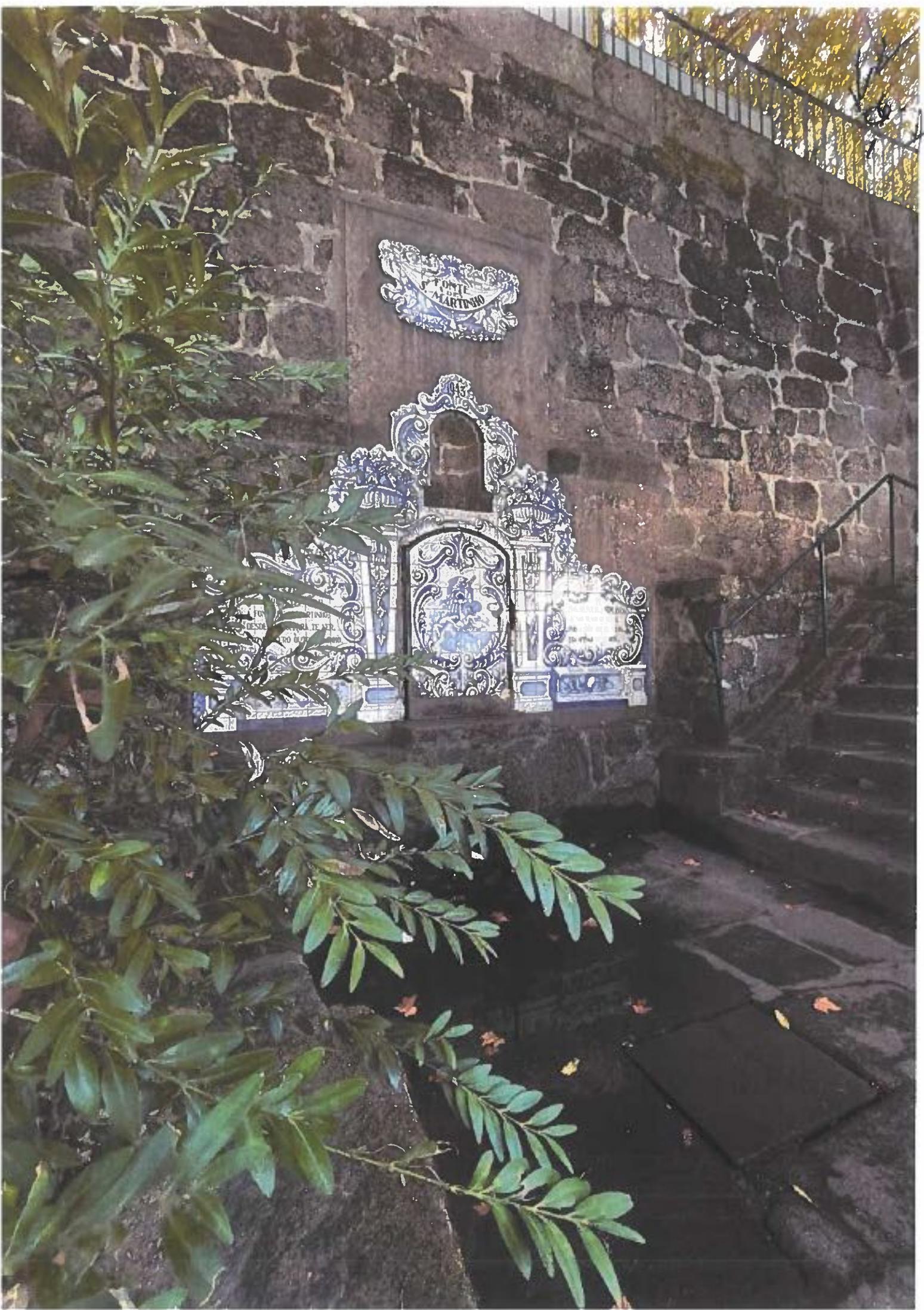
Um dos setores para o qual 2023 não foi um bom ano foi o da habitação. Com o elevado preço das

casas, uma taxa de inflação a consumir o rendimento das famílias e a política monetária a fazer disparar as taxas de juro, as condições para compra de casa foram-se deteriorando.

Em relação ao mercado de trabalho, em 2023 a taxa de desemprego sofreu um ligeiro aumento. Segundo dados do FMI, a taxa de 6,1% registada em 2022 aumentou para os 6,6%. No entanto, enquanto a taxa de desemprego subia, também a taxa de emprego cresceu. Segundo dados do Banco de Portugal, houve um aumento de 0,8% na taxa de emprego. Este comportamento paralelo dos dois indicadores deve-se a um aumento da população ativa, segundo estatísticas do INE, no final de 2022 a população ativa era composta por cerca de 5.008.600 pessoas, sendo que no terceiro trimestre de 2023 este número tinha subido para cerca de 5.341.600 pessoas. O salário médio deverá ter aumentado 7,5%.

De acordo com a OCDE o consumo privado cresceu 1%, o que contrasta com o crescimento de 6,8% em 2022 e de 5,7% em 2021. A inflação volta a ser a grande culpada por este comportamento. Para além disso, o consumo privado sofreu grandes aumentos em 2021 e 2022 dadas as poupanças acumuladas durante o período de confinamento e fecho da economia causados pelo COVID-19. Em 2023 os especialistas concordam que estas poupanças acumuladas terão sido esgotadas, o que retirou força à procura. No que toca ao consumo público, cresceu 1,1% em 2023, valor





S. TOMAS
A MARTINO

IN
HONORE
S. TOMAS
A MARTINO
FUND. ANNO
1600
S. TOMAS
A MARTINO
FUND. ANNO
1600

STAIRS



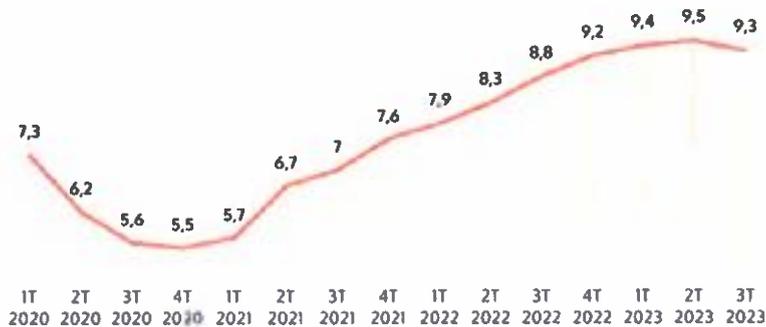
próximo dos 1,4% registados em 2022 e consideravelmente abaixo dos 4,5% registados em 2021.

Um dos fatores que mais afetou negativamente o crescimento de Portugal em 2023 foi a quebra das exportações. Depois de um crescimento de 17,4% em 2022, o crescimento ficou pelos 5,3% em 2023. Esta quebra acentuada deve-se

principalmente à já mencionada quebra na atividade económica dos principais mercados externos.

A rentabilidade do ativo das empresas foi aumentando ligeiramente na primeira metade do ano face aos 9,2% registados no final de 2022, mas quebrou 0,2 pontos percentuais na entrada do segundo semestre.

RENDIBILIDADE GLOBAL DAS EMPRESAS



Comparando o 3º trimestre de 2023 com o período homólogo, houve aumentos ligeiros na rentabilidade das empresas do setor da indústria, no setor da eletricidade e água e no setor da construção, mas todos os outros setores sofreram quebras. No que toca às empresas públicas a

rentabilidade destas ficou-se nos 7,2%. Segundo o governo português, a dívida pública portuguesa no final de 2022 representava 115,9% do PIB. Em 2023 este rácio deverá cair para os 98,7%, representando uma descida de 17,2 pontos percentuais.





6. ATIVIDADE DA EMPRESA

A Termalístur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. tem como atividade principal a gestão e exploração dos equipamentos termais, bem como das demais atividades ligadas ao termalismo que lhe venham a ser cometidas pelo Município de S. Pedro do Sul.

No ano de 2023, a empresa desenvolveu a sua atividade com normalidade.

O setor termal foi bastante afetado pelas medidas de prevenção e combate à pandemia de covid 19, e as Termas de S. Pedro do Sul não foram exceção. Em 2023 continuou a verificar-se uma recuperação de aqúistas, no entanto, os valores ficaram ainda aquém dos alcançados em 2019. O

ano de 2023 encerrou com uma redução, na ordem dos 14%, no seu volume de negócios, comparando com valores pré pandemia (ano 2019).

A nível nacional, as Termas de São Pedro do Sul ocupam o primeiro lugar, em termos de faturação, quer no mercado de termalismo terapêutico com uma quota de 36% (2022: 39%), como no mercado de bem-estar termal com uma quota de 17% (2022: 19%).

6.1 DADOS DE ATIVIDADE

Com o propósito de dar uma panorâmica geral das grandes rubricas da atividade da Empresa no período findo em 31 de dezembro de 2023, apresentamos de seguida um mapa comparativo e evolutivo das grandes rubricas da estrutura dos seus rendimentos:

Estrutura de Rendimentos

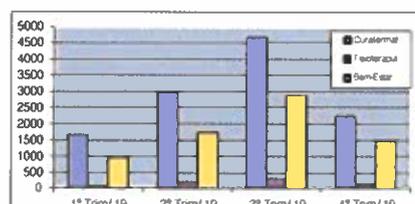
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Evolução Recursos Humanos	157	164	116	136	151	147
Nº de Aquistas	16 302	19 248	5 847	10 544	16 235	18 075
Faturação Balneoterapia	3 070 146,83 €	3 280 705,59 €	842 728,82 €	1 745 718,44 €	2 358 782,56 €	2 596 162,01 €
Faturação Fisioterapia	330 286,34 €	336 195,19 €	124 394,28 €	223 218,20 €	315 438,14 €	354 126,70 €
Faturação Consultas	465 760,00 €	486 149,04 €	144 422,06 €	270 170,61 €	362 334,49 €	391 041,05 €
Faturação Bem-Estar Termal	204 201,00 €	243 872,48 €	118 496,70 €	235 578,53 €	369 508,42 €	457 926,06 €
Faturação Merchandising	11 639,82 €	17 235,74 €	5 940,56 €	9 421,87 €	25 778,67 €	10 805,76 €
Faturação Aparelhos	30 353,76 €	40 213,36 €	11 655,46 €	19 405,31 €	27 640,23 €	33 487,96 €
Faturação Dermocosmética	166 559,27 €	136 119,57 €	59 007,61 €	67 186,17 €	90 692,81 €	75 862,43 €
Faturação Geoterapia	10 560,00 €	10 560,00 €	9 680,00 €	5 760,00 €	7 200,00 €	9 600,00 €

Como se pode verificar pelo mapa apresentado, a empresa laborou com uma diminuição média de cerca de 4 Colaboradores, tendo tido um aumento de 1.840 aquistas em relação ao período anterior. Em relação ao volume de faturação de 2023, existiu um aumento generalizado relativamente a 2022. Cerca de mais 10%, na balneoterapia, mais 12% na fisioterapia, mais 8% em consultas, mais 24% em bem-estar termal, mais 21% em aparelhos, tendo existido uma diminuição de 58% na faturação de

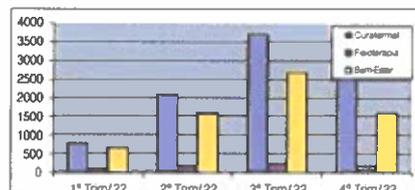
merchandising e 16% na faturação de dermoscosméticos.

A faturação da Entidade, em 2023, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda aquém dos valores pré pandemia, em que apresenta uma diminuição em quase todas as rubricas à exceção das rubricas de fisioterapia e de bem-estar termal em que se registou um aumento da procura. Ainda em relação à sazonalidade da atividade da nossa Empresa, apresentamos gráfico elucidativo:

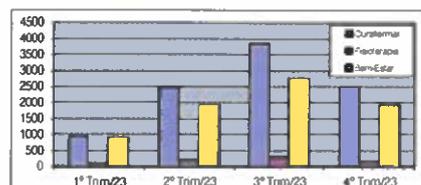
Mês/Ano	Cura termal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/19	1667	82	944	2693
2º Trim/19	2948	208	1711	4867
3º Trim/19	4666	313	2874	7853
4º Trim/19	2233	158	1444	3835
Total	11514	781	6973	18248



Mês/Ano	Cura termal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/22	762	94	647	2284
2º Trim/22	2073	183	1574	4092
3º Trim/22	3710	253	2658	6467
4º Trim/22	2535	177	1569	3079
Total	9080	707	6448	16235



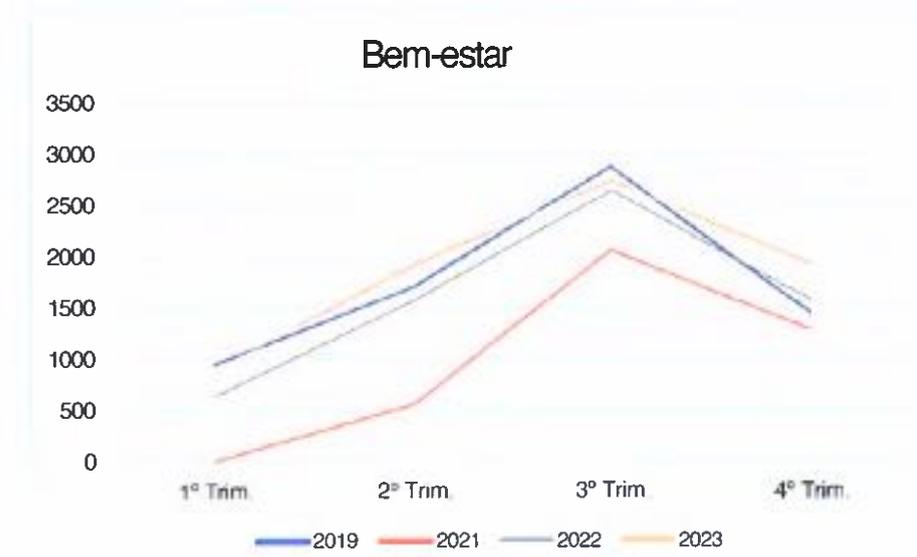
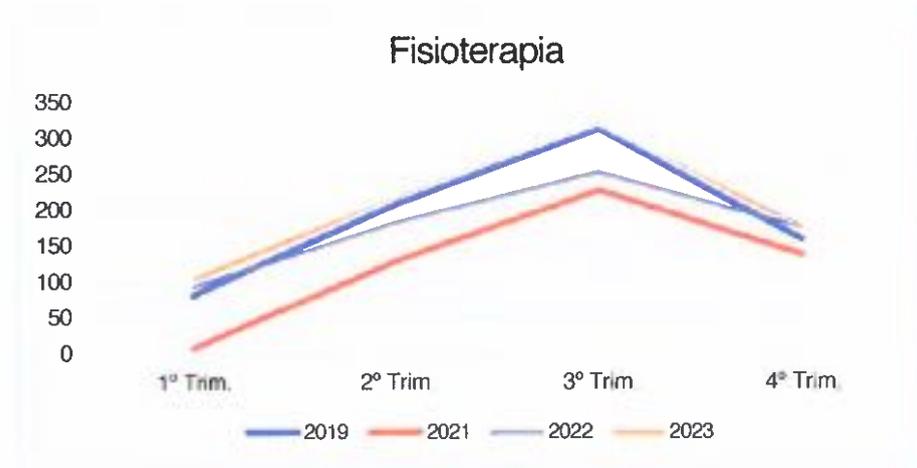
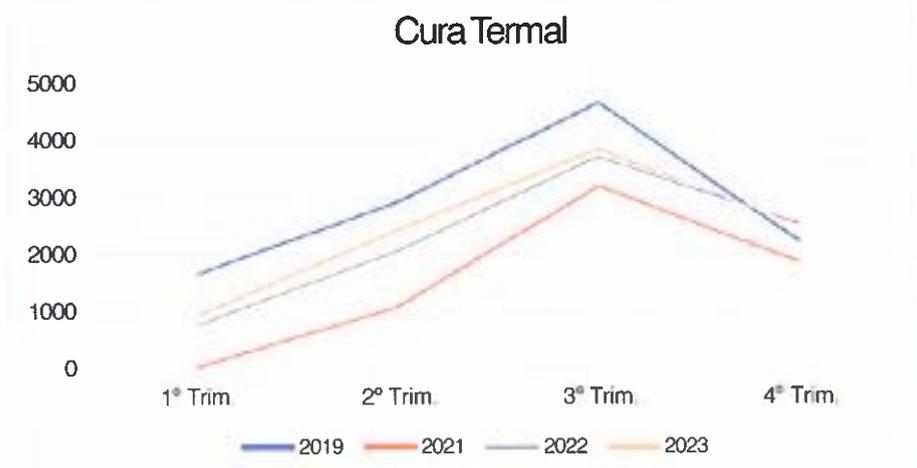
Mês/Ano	Cura termal	Fisioterapia	Bem-Estar	Total
1º Trim/23	951	104	897	2284
2º Trim/23	2462	219	1929	4092
3º Trim/23	3844	319	2749	6467
4º Trim/23	2505	176	1920	3079
Total	9762	818	7496	18075



Handwritten signature and initials in blue ink.

No primeiro quadro, analisamos as variações em valor, neste quadro podemos verificar que, face ao período homólogo, atendemos mais 682 Aquistas de Cura Termal, mais 111 de Fisioterapia e mais

1047 de Bem-estar. Relativamente a 2019, podemos verificar que atendemos menos 1.752 Aquistas de Cura Termal, mais 57 de Fisioterapia e mais 522 em tratamentos de bem-estar.



O serviço de bem-estar termal foi a valência onde se registou uma maior recuperação da faturação, mais 214.053,58€, em termos de faturação, relativamente os valores atingidos em 2019. Para além da venda convencional de programas ao balcão, verificou-se uma dinâmica muito interessante de vendas on-line que representaram 43% das vendas totais de bem-estar.

Relativamente ao tipo de tratamentos realizados verificou-se predominância na técnica de banheira com hidromassagem automática ao nível de banhos, do duche vichy geral nos duches, do vapor

à coluna nos vapores, da piscina com hidromassagem manual de 7 minutos nas piscinas e da nebulização nas técnicas ORL. Verifica-se um crescimento, face a 2019, do número de duche circular, duche com massagem localizada, Piscinas hidro Fixa de 10' e 15' e aerossol e uma maior recuperação da técnica de bertholaix motivada pela disponibilização de mais um equipamento no Balneário D. Afonso Henriques, conforme se pode verificar na tabela abaixo:

	Tratamentos realizados	2019	2021	2022	2023	Dif 23/22	Dif 23/21 %	Dif 23/19	Dif 23/19 %
Banhos	Banheira Hidro Manual 7'	2 307	1 042	1 328	941	-387	-29,14%	-1 366	-59,21%
	Banheira Hidro Automática	33 936	19 260	26 176	25 900	-276	-1,05%	-8 036	-23,68%
	Banheira Imersão	333	233	303	295	-8	-2,64%	-38	-11,41%
	Banheira Bolha de ar	1 420	724	778	679	-99	-12,72%	-741	-52,18%
	Banheira Bolha de ar+hidro Aut.	4 623	3 233	3 880	3 716	-164	-4,23%	-907	-19,62%
	Banheira Niagara com hidro Aut.	1 887	0	425	592	167	100,00%	-1 295	-68,63%
	Total	44 506	24 492	32 890	32 123	-767	-2,33%	-12 383	-27,82%
Duches	Duche com massagem geral	29 495	19 757	25 770	22 591	-3 179	-12,34%	-6 904	-23,41%
	Duche com massagem localizada	18 610	8 996	14 021	18 796	4 775	34,06%	186	1,00%
	Duche de jato	367	446	493	358	-135	-27,38%	-9	-2,45%
	Duche de cachão	2 936	1 498	2 113	2 071	-42	-1,99%	-865	-29,46%
	Duche circular	73	39	137	157	20	14,60%	84	115,07%
	Total	51 481	30 736	42 534	43 973	1 439	3,38%	-7 508	-14,58%
Vapores	Vapor à coluna	53 616	27 407	35 970	37 432	1 462	4,06%	-16 184	-30,19%
	Emanatório	4 547	0	2 094	3 083	989	100,00%	-1 464	-32,20%
	Vapor aos membros	16 853	8 780	11 698	12 439	741	6,33%	-4 414	-26,19%
	Bertholaix	5 131	4 701	6 869	6 963	94	1,37%	1 832	35,70%
	Total	80 147	40 888	56 631	59 917	3 286	5,80%	-20 230	-25,24%
Piscina	Piscina com Hidro fixa 15'	14 804	8 357	13 549	15 463	1 914	14,13%	659	4,45%
	Piscina com Hidro manual 15'	25 641	10 969	16 454	14 096	-2 358	-14,33%	-11 545	-45,03%
	Piscina com Hidro fixa 10'	11 303	7 849	9 752	17 738	7 986	81,89%	6 435	56,93%
	Piscina com Hidro manual 7'	22 694	13 658	15 842	13 555	-2 287	-14,44%	-9 139	-40,27%
	Piscina de recuperação	1 547	736	750	1 028	278	37,07%	-519	-33,55%
	Total	75 989	41 569	56 347	61 880	5 533	9,82%	-14 109	-18,57%
ORL	Irigação Nasal	56 563	25 286	35 042	39 854	4 812	13,73%	-16 709	-29,54%
	Pulverização	19 344	168	4 772	9 190	4 418	92,58%	-10 154	-52,49%
	Inalação Nasal	33 306	15 666	19 864	22 786	2 922	14,71%	-10 520	-31,59%
	Bucofaringeo	9 706	6 807	7 885	7 670	-215	-2,73%	-2 036	-20,98%
	Nebulização	64 698	29 099	38 600	42 155	3 555	9,21%	-22 543	-34,84%
	Aerossol	6 706	4 752	7 748	9 390	1 642	21,19%	2 684	40,02%
	Total	190 323	81 778	113 911	131 045	17 134	15,04%	-59 278	-31,15%
Total Global	442 446	219 463	302 313	328 938	26 625	8,81%	-113 508	-25,65%	



Relativamente à comparticipação dos tratamentos termais pelo Serviço Nacional de Saúde, verificou-se em 2023 uma utilização de 3.805 requisições, 45% delas provenientes da ARS Centro, 29% ARS Lisboa e Vale do Tejo e 17% ARS Norte sendo que as restantes 9% distribuem-se pelas restantes delegações prescricoras. Deste total de requisições

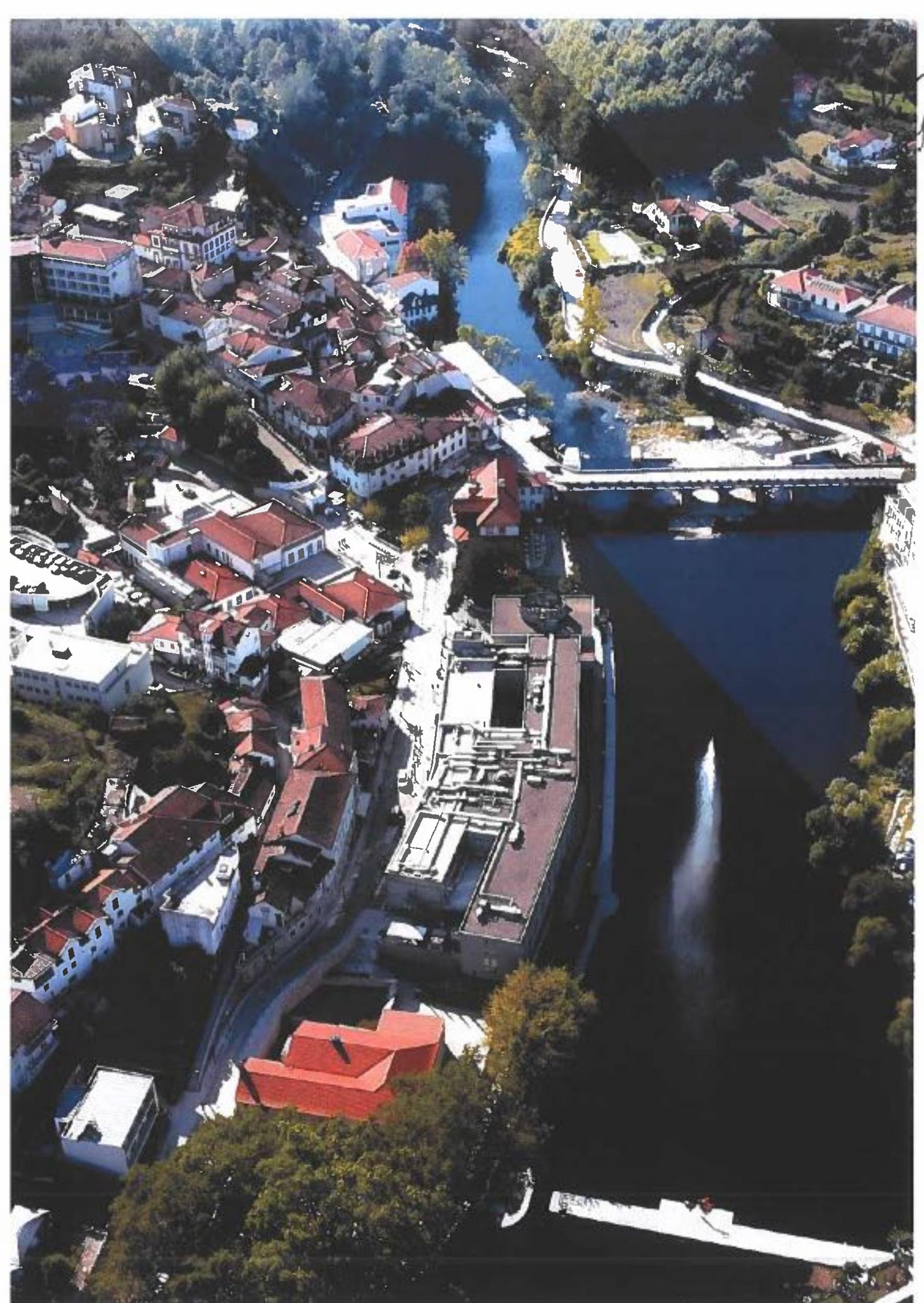
executadas, 81% são referentes à indicação terapêutica de reumatologia e 19% à indicação terapêutica das vias respiratórias. Do total de requisições recebidas, 1633 (43%) foram alvo da comparticipação

7. MARKETING, IMAGEM E COMUNICAÇÃO

Em 2023, uma série de novas iniciativas foram implementadas por forma a promover as Termas São Pedro do Sul, visando aprimorar a experiência dos clientes e ampliar o alcance e conversão das Campanhas de Comunicação, nomeadamente:

- Requalificação da Loja Termal e Recepção Balneário D. Afonso Henriques: O Balneário D. Afonso Henriques passou por uma requalificação significativa, unificando a loja termal e a recepção num único acesso. Com um balcão central, a renovação visa oferecer uma experiência mais conveniente e melhor integrada aos clientes, para além de reforçar a identidade das Termas São Pedro do Sul;
- Incorporação de Testemunhos de Clientes nas Iniciativas de Publicidade: Reconhecendo a importância dos testemunhos dos clientes, as suas experiências foram incorporadas às campanhas publicitárias, destacando a autenticidade e eficácia dos serviços oferecidos pelas Termas São Pedro do Sul;
- Aquisição de uma Photobox de Última Geração: Uma ferramenta equipada com iluminação LED de alta qualidade e base giratória para melhorar a qualidade das fotografias dos produtos e uniformizar a experiência de compra online, destacando especialmente os novos produtos AQVA e o seu design;
- Design de Comunicação para Novos Produtos AQVA: Foi criado um novo design de comunicação para os produtos da linha hidratante AQVA, visando oferecer produtos de alta qualidade e destacando-os em consonância com o tom de voz da marca Termas São Pedro do Sul - Thermal Skincare;

- Criação de Coffret de Natal: Foi desenvolvido um conjunto premium de Coffret de Natal, com 2 produtos AQVA, potenciando as vendas de dermocosméticos e atribuindo mais valor a uma prenda de época natalícia complementando com um saco presente;
- Renovação da Imagem dos Cheques-Presente e Vouchers: Uma renovação completa dos cheques-prenda e vouchers foi realizada, alinhada com a nova imagem da marca e incorporando elementos visuais contemporâneos e um toque de luxo para elevar a experiência do cliente;
- Campanhas Promocionais de Bem-Estar e Sustentabilidade: foram dirigidas várias campanhas, tanto a nível das redes sociais como a nível presencial nos balcões dos Balneários Termais, e épocas festivas ou datas que sejam relevantes para comemoração a nível do Termalismo ou da Saúde, em geral, nomeadamente o Dia Mundial da Água, Dia Mundial da Saúde, Dia Internacional do Património, entre outras, sendo que desenvolvemos várias atividades no âmbito da promoção artística, desportiva e inclusiva, assim como de Bem-Estar Termal com programas específicos alusivos à temática da Água;
- Utilização da Plataforma Brevo para Envio de Newsletters e ferramenta de SMS Marketing: As plataformas Brevo e de SMS Marketing foram adquiridas e integradas para o envio de newsletters e SMS's, proporcionando uma comunicação mais eficaz com os clientes, segmentando o público-alvo e gerando um aumento significativo nas vendas online, destacando especialmente produtos como o sabonete AQVA;



- Inauguração da primeira Biblioteca Termal, um espaço singular, localizado no Balneário Rainha D. Amélia, que se torna uma fonte de conhecimento científico, oferecendo acesso a publicações e informações que perpetuam a história e a ciência do termalismo. Com um design de fácil percepção e fiel ao ambiente institucional que a caracteriza, desta forma, reafirmamos o nosso compromisso de preservar e promover o legado termal que torna São Pedro do Sul uma referência no termalismo;
- Pacotes de Termalismo Junior nas Férias Escolares: Foram criados pacotes de termalismo junior durante as férias da Páscoa e no final das férias de verão, oferecendo 7 dias de tratamentos e atividades termais dinâmicas e criativas para entreter as crianças durante sua estada nas Termas São Pedro do Sul. Esta campanha visa promover a camada mais jovem a realizar tratamentos às Vias Respiratórias e fazer com que a própria família veja as Termas São Pedro do Sul como um destino turístico e de bem-estar e não apenas um destino de saúde;
- Participação em Feiras/Eventos Internacionais: A presença em várias feiras e eventos internacionais, como a Ehtta General Assembly em Budapeste, Salão Imobiliário e de Turismo em Lausanne, Suíça, e a Feira do Turismo em Berlim, são sempre uma

estratégia importante para destacar a presença das Termas São Pedro do Sul e afirmar Portugal como um destino de excelência no termalismo. Estas iniciativas visam melhorar a experiência dos clientes, promover os serviços oferecidos e consolidar a reputação das Termas São Pedro do Sul como um destino termal e turístico, de referência, a nível nacional e internacional.





8. SITUAÇÃO ECONÓMICA

Apresenta-se composição dos rendimentos e gastos em 2023 e 2022, a sua variação absoluta e relativa (%);

Descrição	2023	2022	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	3 923 168,75	3 551 388,92	371 779,83	10,5%
Subsídios à exploração	70 053,89	126 665,19	(56 611,30)	(44,7%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(159 615,24)	(152 775,82)	(6 839,42)	4,5%
Fornecimentos e serviços externos	(1 076 822,56)	(1 088 522,99)	11 700,43	(1,1%)
Gastos com o pessoal	(2 479 898,26)	(2 289 043,31)	(190 854,95)	8,3%
Outros rendimentos	573 245,39	470 988,30	102 257,09	21,7%
Outros gastos	(68 034,48)	(50 074,76)	(17 959,72)	35,9%
EBITDA - Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto	782 097,49	568 625,53	213 471,96	37,5%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(361 250,11)	(380 715,38)	19 465,27	(5,1%)
EBIT - Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	420 847,38	187 910,15	232 937,23	124,0%
Juros e gastos similares suportados	(420 847,38)	(187 910,15)	(232 937,23)	124,0%
EBT - Resultado antes de impostos	0,00	0,00	0,00	
Imposto sobre o rendimento do período	(26 935,47)	22 654,85	(49 590,32)	(218,9%)
Resultado líquido do período	(26 935,47)	22 654,85	(49 590,32)	(218,9%)

A Empresa apresenta uma variação positiva no réditio de 371.779 Euros (+10,5%), tendo tido necessidade de aumentar os seus gastos para fazer face ao aumento da procura dos serviços, nomeadamente os gastos com pessoal, os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas.



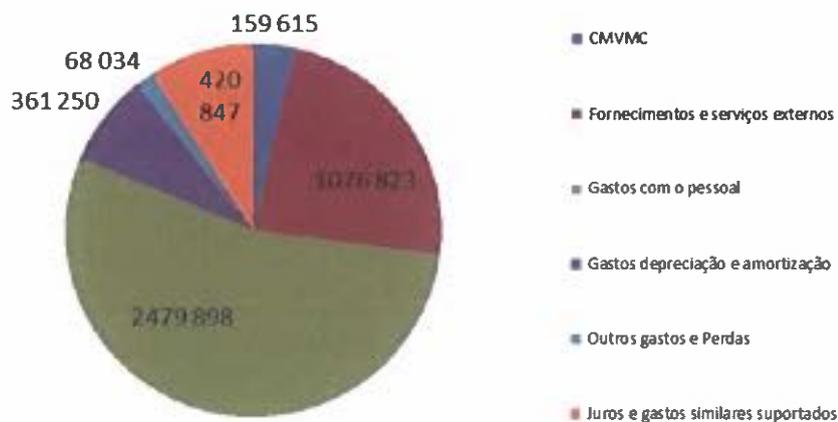
8.1 GASTOS

Os gastos globais de 2023 totalizaram 4.566.468,03 Euros, representando um aumento de 417.425,62 Euros relativamente ao ano anterior.

ESTRUTURA DOS GASTOS 2023/2022

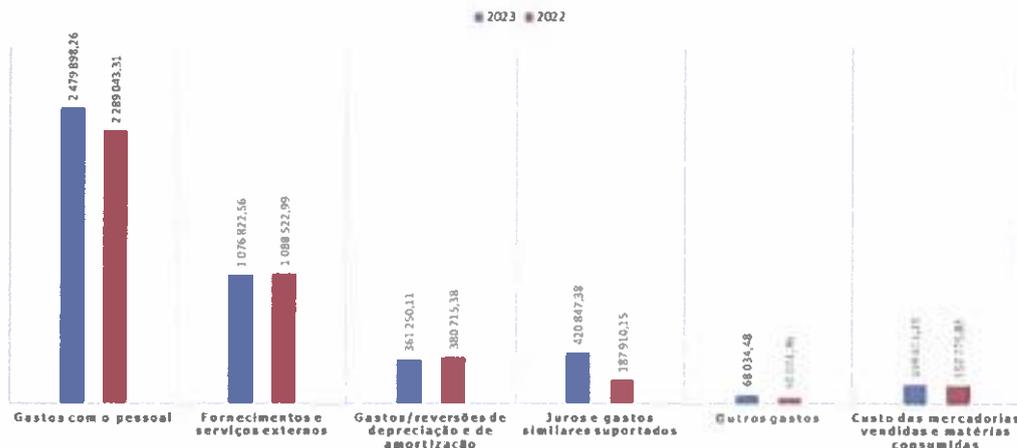
Descrição	Em centimos de Euro			
	2023	2022	Variação	Variação (%)
Gastos com o pessoal	2 479 898,26	2 289 043,31	190 854,95	8,3%
Fornecimentos e serviços externos	1 076 822,56	1 088 522,99	(11 700,43)	(1,1%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	361 250,11	380 715,38	(19 465,27)	(5,1%)
Juros e gastos similares suportados	420 847,38	187 910,15	232 937,23	124,0%
Outros gastos	68 034,48	50 074,76	17 959,72	35,9%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	159 615,24	152 775,82	6 839,42	4,5%
Total da estrutura de gastos	4 666 468,03	4 149 042,41	417 425,62	10,1%

2023



Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos realizados em 2023, com os realizados em 2022, em termos absolutos.

COMPARATIVO DA ESTRUTURA DE GASTOS





Em relação aos gastos com pessoal, os quadros seguintes apresentam informação detalhada sobre a sua evolução:

- Evolução dos gastos com o pessoal nos últimos 4 anos.

Descrição	2023	2022	\ Abs 2023/22	2021	2020
Gastos com pessoal	2 479 898,26	2 289 043,31	190 854,95	1 969 044,90	1 550 719,06
N.º médio de colaboradores	147	151	-4	136	115
Gasto médio por colaborador	16 870,06	15 159,23	1 710,83	14 478,27	13 368,27

Evolução Gastos com Pessoal



O acréscimo verificado nos gastos com o pessoal do período de 2022 para 2023, deve-se essencialmente à atualização das tabelas salariais, fruto do aumento do salário mínimo nacional, que passou de 705 para 761,58 Euros. Como se verifica, o gasto médio por colaborador teve um aumento significativo.

Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 147 no ano 2023, e de 151 no ano 2022.

8.1.1 DESAGREGAÇÃO DA RÚBRICA “FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS”

	2023	2022	Variação	Variação %
Serviços especializados	424 386,84	370 182,49	54 204,35	14,6%
Rendas e alugueres	139 505,91	136 550,50	2 955,41	2,2%
Electricidade	100 543,39	100 790,93	-247,54	(0,2%)
Outros serviços (Inclui animação termal)	71 188,41	37 030,72	34 157,69	92,2%
Material de conservação e reparação	45 861,15	32 708,58	13 152,57	40,2%
Publicidade e propagação	39 426,05	95 900,85	-56 474,80	(58,9%)
Honorários	39 348,40	35 154,53	4 193,87	11,9%
Água	35 400,75	80 697,62	-45 296,87	(56,1%)
Combustíveis	34 614,89	43 317,74	-8 702,85	(20,1%)
Conservação e reparação	29 229,07	36 316,00	-7 086,93	(19,5%)
Seguros	29 098,24	27 745,91	1 352,33	4,9%
Despesas de representação	22 875,49	18 677,37	4 198,12	22,5%
Serviços bancários	12 056,45	10 771,78	1 284,67	11,9%
Material para bem-estar	8 964,35	7 527,09	1 437,26	19,1%
Ferramentas e utensílios de desgaster rápido	6 991,19	20 633,00	-13 641,81	(66,1%)
Comunicação	5 869,15	5 672,34	196,81	3,5%
Material de escritório	5 834,89	5 186,50	648,39	12,5%
Limpeza, higiene e conforto	5 356,10	3 295,37	2 060,73	62,5%
Outros serviços	4 995,47	12 272,25	-7 276,78	(59,3%)
Outros Materiais	4 163,84	2 684,83	1 479,01	55,1%
Deslocações e estadas	3 287,60	1 880,18	1 407,42	74,9%
Livros e documentação técnica	2 659,65	281,17	2 378,48	845,9%
Material para tratamentos	2 502,31	2 521,38	-19,07	(0,8%)
Transportes de mercadorias	1 423,61	42,39	1 381,22	3258,4%
Contencioso e notariado	990,16	456,29	533,87	117,0%
Artigos de ofertas	249,20	225,18	24,02	10,7%
	1 076 822,56	1 088 522,99	-11 700,43	(1,07%)

De um modo geral, o valor desta rubrica diminuiu, cerca de 11.700 Euros, aproximadamente 1% em relação a 2022.

Verifica-se uma diminuição do valor da água, relativamente a 2022, resultante da aquisição de um sistema de filtragem da água do rio para arrefecimento da água termal, diminuindo assim o consumo da água da rede.

Verifica-se uma diminuição do valor da rubrica publicidade e propagação resultante da conclusão

do projeto de rebranding das marcas “Termas de S. Pedro do Sul” e “Aqva”.

Os “Serviços especializados” incluem 391.041,05 Euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2022: 288.003 Euros). À semelhança de 2020, 2021 e 2022 também não foi possível realizar o Festival da Água em 2023, tendo os custos com animação em 2023 sido de 70.890,86 Euros (2022: 37.028,25 Euros).

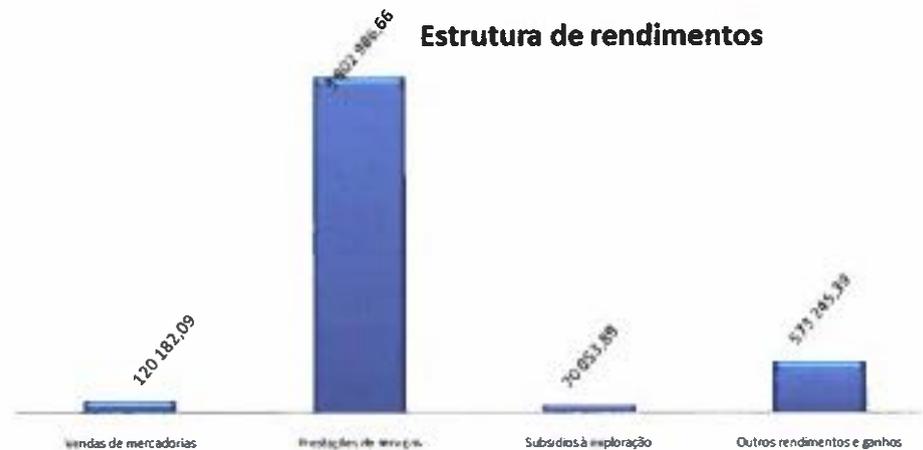
8.2 RENDIMENTOS

Os rendimentos globais de 2023 totalizaram 4.566.468,03 Euros, representando um acréscimo de 417.425,62 Euros relativamente ao período anterior, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

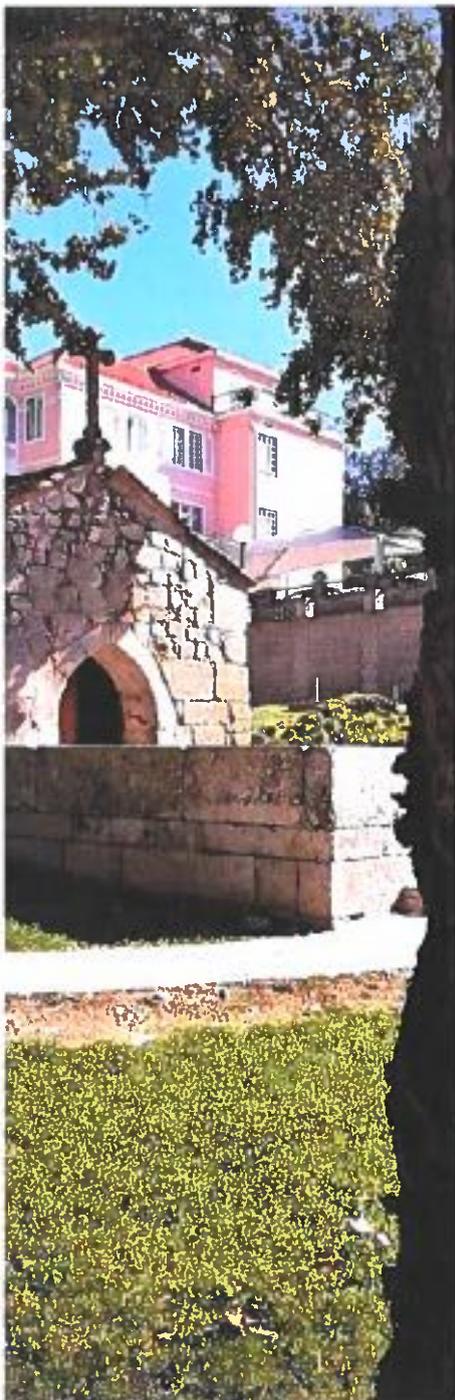
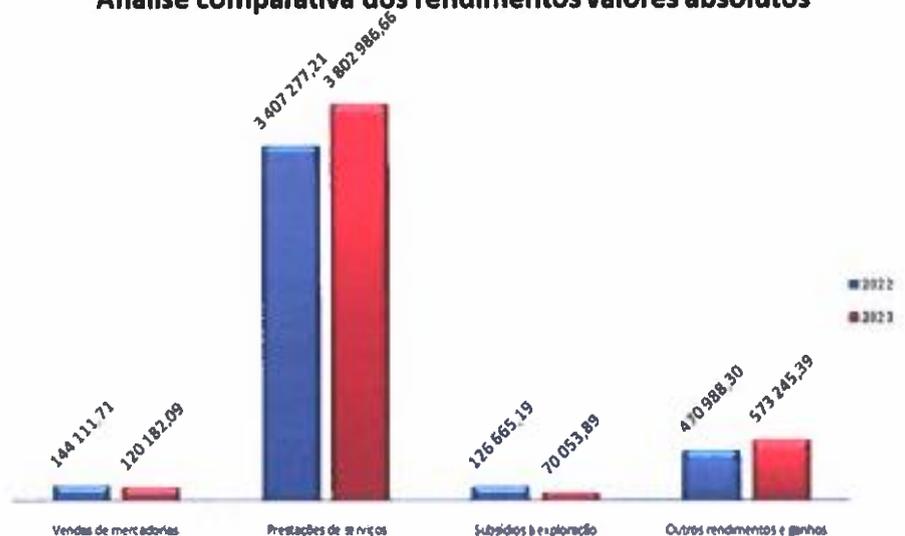
ESTRUTURA DOS RENDIMENTOS 2023/2022

Descrição	2023	2022	Variação	Variação (%)
Outros rendimentos	573 245,39	470 988,30	102 257,09	21,7%
Vendas e serviços prestados	3 923 168,75	3 551 388,92	371 779,83	10,5%
Subsídios à exploração	70 053,89	126 665,19	(56 611,30)	(44,7%)
Total da estrutura de rendimentos	4 566 468,03	4 148 042,41	417 425,62	10,1%

Em relação a composição dos principais rendimentos e respetiva estrutura, apresentam-se de seguida gráficos que sintetizam de forma muito clara a contribuição de cada uma das rubricas em 2023.



Análise comparativa dos rendimentos valores absolutos

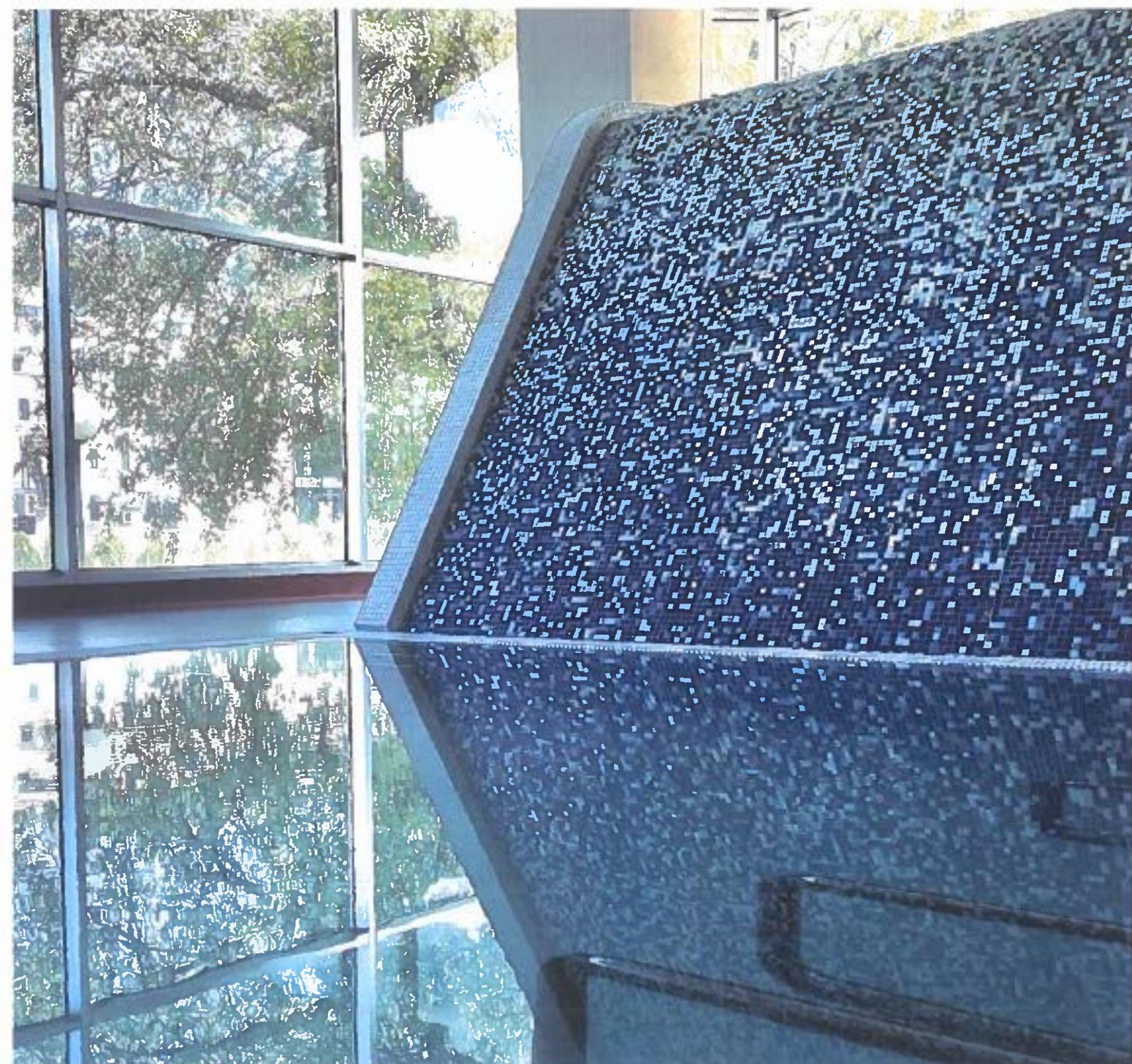


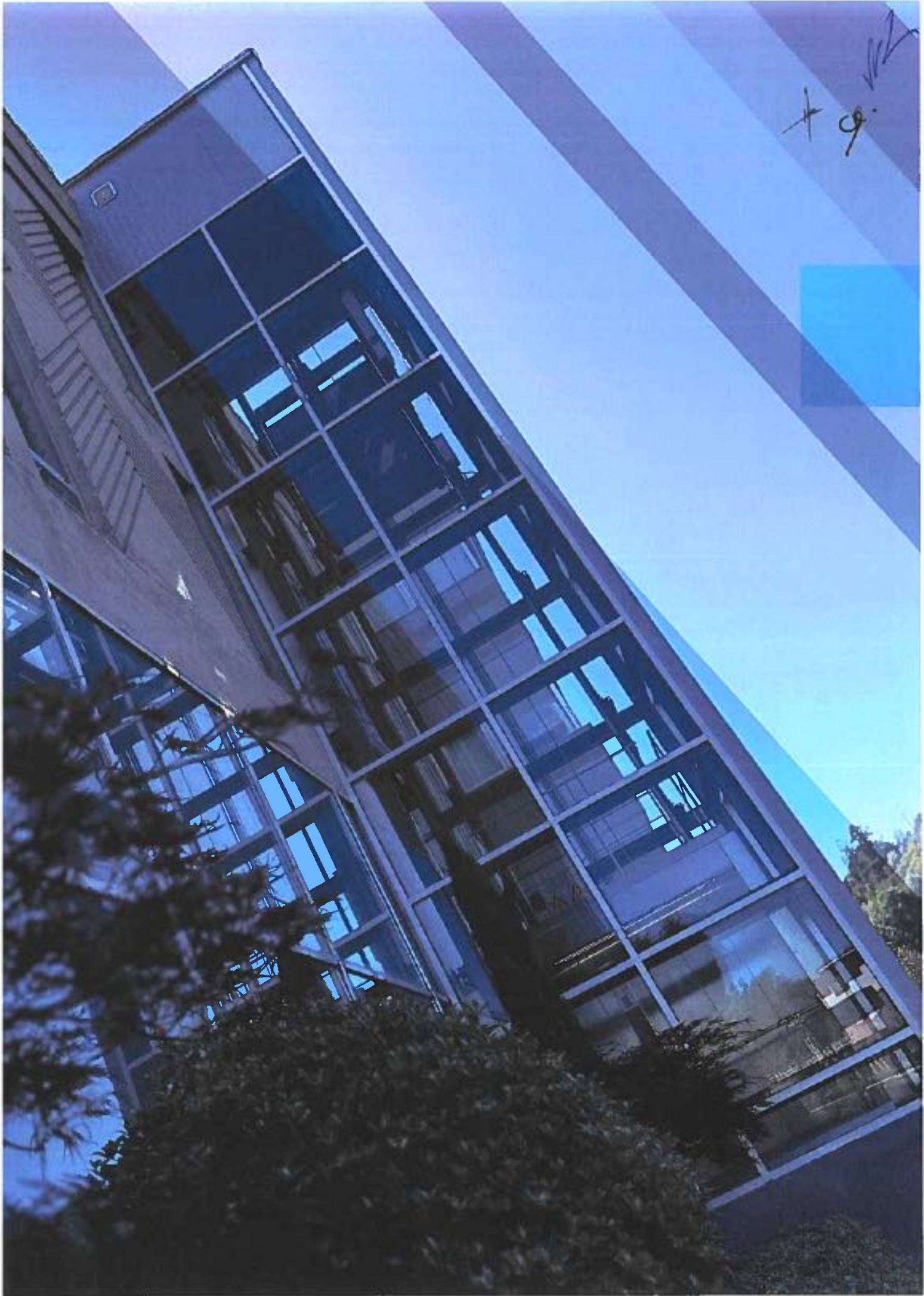


Conforme já referido anteriormente, o aumento da estrutura de rendimentos deveu-se ao aumento da atividade da Empresa, que por sua vez advem de um aumento do número de aquisistas que usufruíram dos serviços prestados pela Empresa.

A variação da rubrica "Outros rendimentos" refere-se essencialmente a duas situações:

- ao reconhecimento da compensação financeira para equilíbrio de resultados, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, no valor de 278.562,17€ (2022: 379.468,43€), atribuídos pelo Município de São Pedro do Sul;
- ao reconhecimento da mais-valia contabilística no valor de 204.883,71€, resultante da alienação do "Complexo do Gerós" ao Município de S. Pedro do Sul.



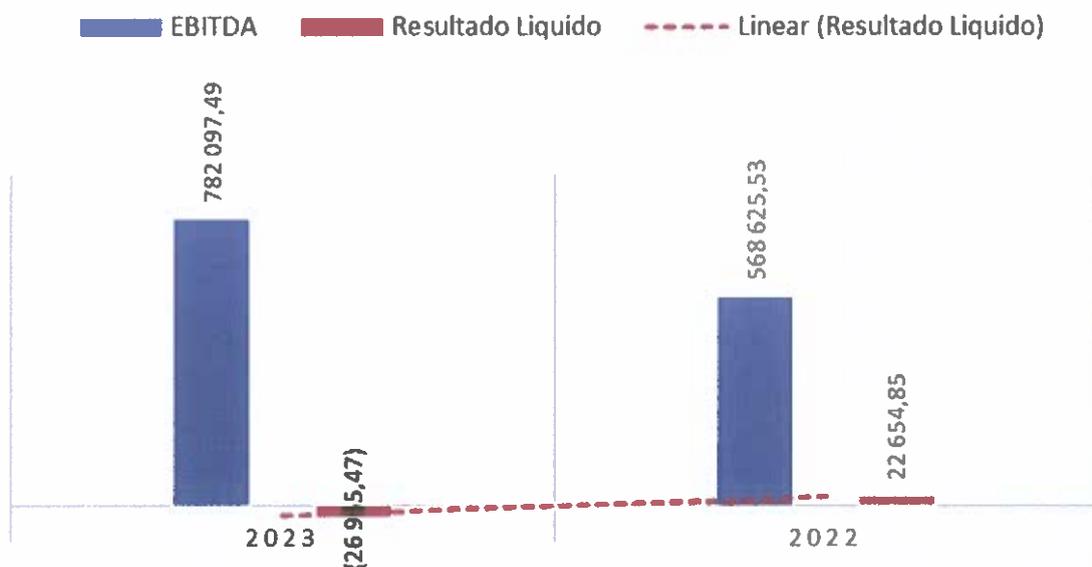


9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior os seguintes valores de EBITDA e Resultado Líquido do período.

Descrição	2023	2022	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	782 097,49	568 625,53	213 471,96	37,5%
EBITDA/ Volume de negócios	19,9%	16,0%	3,9	24,5%
Resultado líquido do período	(26 935,47)	22 654,85	(49 590,32)	218,9%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	-0,7%	0,6%	-1,3	207,6%

COMPARATIVO 2023 VS 2022





Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores:

Análise financeira	2023	2022	Δ Absoluta
Autonomia Financeira(%)	39,4%	28,8%	5,6 p.p
Endividamento (%)	60,6%	71,2%	(-5,6 p.p)
Solvabilidade (%)	65,2%	40,4%	10,1 p.p
Cobertura ativo não corrente	162,6%	165,6%	3,3 p.p
Liquidez geral	1,73	0,50	1,23
Liquidez Imediata	0,01	0,00	0,01
Liquidez Reduzida	1,64	0,41	1,23
Valor acrescentado bruto (VAB)	2 790 843	2 482 682	308 160,32

Os indicadores a 31 de dezembro de 2023, de uma forma geral, melhoraram em virtude do aumento da atividade da empresa em 2023.

A posição financeira da sociedade pode-se avaliar através da análise dos seguintes itens:

ATIVO	31-DEZ-2023	Peso %	31-DEZ-2022	Peso %	Varição 2023-2022
Ativo não corrente	12 590 924,00	73,5%	13 162 548,03	92,3%	(571 624,03)
Ativo corrente	4 535 175,10	26,5%	1 098 208,69	7,7%	3 436 966,41
Total Ativo	17 126 099,10	100,0%	14 260 756,72	100,0%	2 865 342,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	6 756 200,03	39,4%	4 101 843,48	28,8%	2 654 356,55
Passivo não corrente	7 743 701,30	45,3%	7 950 709,48	55,8%	(207 008,18)
Passivo corrente	2 626 191,77	15,3%	2 208 203,76	15,5%	417 988,01
Total Capital Próprio e Passivo	17 126 099,10	100,0%	14 260 756,72	100,0%	2 865 342,38

A diminuição verificada no ativo não corrente resulta da alienação do complexo do Gerós e das depreciações registadas no ano.

Relativamente ao ativo corrente, destaca-se a variação da rubrica de outros créditos a receber, que registou um aumento de 3.388.603,38€, devido sobretudo ao registo do subsídio a receber decorrente da candidatura ao PRR – Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial com o projeto “ATT – Acelerar e Transformar o Turismo” no montante de 3.826.740€.

Em termos de capitais próprios verifica-se um aumento de 2.654.356€ face a 31/12/2022 (um aumento percentual 64,71%) devido sobretudo ao

aumento da rubrica de Outras Variações de Capital Próprio que regista os subsídios ao investimento não reembolsáveis atribuídos à entidade.

A redução do passivo não corrente resulta da normal amortização de capital nos financiamentos obtidos. Finalmente, o aumento do passivo corrente, resulta principalmente do aumento do financiamento de curto prazo e do aumento da rubrica de diferimentos, reflexo da contabilização dos subsídios.

Indicadores de Gestão	2023	2022	Δ Absoluta	Δ em % face a 2022
Ativo Fixo Tangível (AFT)	12 511 971,75	13 089 978,62	(578 006,87)	(4,4 %)
Capital próprio	6 756 200,03	4 101 843,48	2 654 356,55	64,7 %
Capitais Permanentes	14 499 907,33	12 052 552,96	2 447 354,37	20,3 %
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap perm)	0,86	1,09	(0,22)	(20,5 %)
Fluxos de caixa operacionais	674 204,39	628 136,43	46 067,96	7,3 %
Margem de Lucro	95,9%	95,7%	0,23	0,2 %



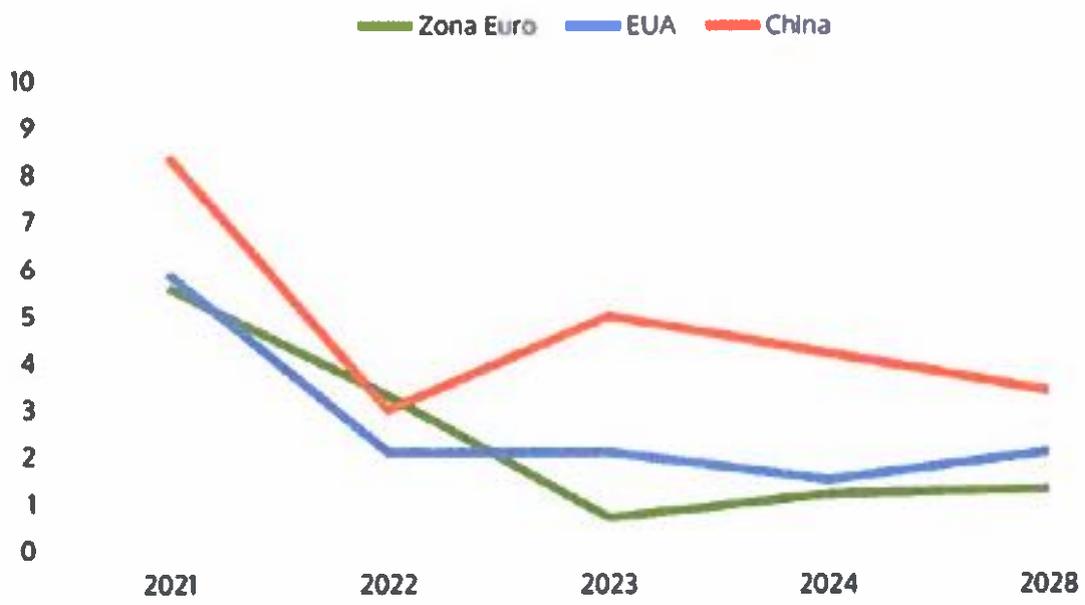


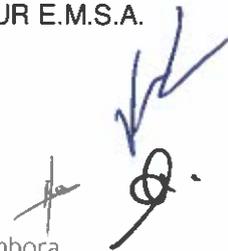
10. EXPECTATIVAS FUTURAS

10.1 CENÁRIO MACROECONÓMICO

Espera-se um cenário económico para 2024 semelhante ao vivido em 2023, com a maioria dos indicadores económicos a crescer de forma muito moderada. No médio longo prazo é expectável que as políticas monetárias mais restritivas vão sendo aliviadas à medida que a inflação vai sendo controlada.

CRESCIMENTO DO PIB





Como espelhado no gráfico acima, o crescimento do PIB deve abrandar ainda mais em 2024. Segundo dados do World Bank, o PIB mundial deverá crescer apenas 2,4% em 2024, uma quebra de 0,2 pontos percentuais face a 2023, com uma recuperação em 2025 para um crescimento de 2,7%. Os dados da OCDE são mais otimistas, estimando um crescimento do PIB de 2,7% em 2024 e 3% em 2025. Em todos os casos, são crescimentos abaixo da média registada entre 2013 e 2019 que segundo a OCDE foi de 3,4%.

Relativamente ao indicador que mais problemas continua a causar, a inflação, é esperado que esta continue a abrandar. Embora o conflito no Médio Oriente tenha aumentado a volatilidade do mercado do petróleo, é esperado que os preços desçam em 2024, dada a quebra do crescimento mundial e o aumento das exportações provenientes de outros países. Todavia, estas previsões partem do pressuposto que os conflitos existentes não sofrem um aumento de intensidade e abrangência. O preço dos metais também deverá cair à medida que a atividade na China abranda. Desta forma, o FMI estima que a inflação deverá passar de 4,6% nas economias mais avançadas em 2023, para 3% em 2024, com uma previsão a longo prazo (2028) de 2%. Por seu lado, as economias emergentes e em desenvolvimento, que registaram uma taxa de inflação de 8,5% em 2023, deverão registar uma taxa de 7,8% em 2024 e de 5% em 2028.

É importante referir que os indicadores mencionados acima, PIB e inflação, estão bastante dependentes de uma manutenção ou redução de intensidade no conflito na Ucrânia e no Médio Oriente. Um dos maiores riscos do ponto de vista económico para o próximo ano é que estas guerras voltem a causar estrangulamentos nas cadeias de abastecimento. Alguns ataques recentes no mar vermelho já causaram complicações em algumas rotas de fornecimento e grandes disrupções no fornecimento de petróleo podem fazer disparar a inflação.

Adicionalmente, se as taxas de inflação se mostrarem mais difíceis de abrandar do que esperado, poderá haver um novo agravamento da

política monetária fazendo disparar juros. Embora o mercado financeiro tenha mostrado grande resiliência em 2023, existem receios de que maiores restrições financeiras possam quebrar essa mesma resiliência.

O emprego é um indicador que costuma arrastar-se com algum atraso em relação ao acelerar e desacelerar das economias, como tal, enquanto os restantes indicadores económicos sofreram quebras em 2023, o mesmo só se deve observar no emprego em 2024. O ILO estima que a nível mundial o emprego cresça apenas 0,8% em 2024, no entanto, este crescimento está apoiado nos países de menor rendimento, dado que para as economias de rendimento médio alto o crescimento deverá ser de apenas 0,3% e para as economias de alto rendimento é esperado um decréscimo de 0,2%. As mulheres serão mais afetadas por esta quebra, a nível mundial, o emprego masculino deverá aumentar 1,1%, enquanto o feminino deverá aumentar apenas 0,3%.

A perspetiva para a taxa de desemprego é de estabilidade, passando de 5,1% em 2023 para 5,2% em 2024, valor que se deverá manter em 2025. É exetável que este aumento ligeiro seja transversal aos níveis de rendimento dos países.

Do ponto de vista político, 2024 promete ser um ano atribulado. O conflito no Médio Oriente mostra sinais de poder subir de tom, com Israel a promover ataques que extravasam a resposta ao Hamas. Este conflito ameaça não só arrastar mais países para a guerra, como incendiar ainda mais as opiniões públicas pelo mundo inteiro. A guerra na Ucrânia não mostra sinais de se aproximar de uma conclusão numa altura em que o apoio ao país invadido parece perder força, nomeadamente nos Estados Unidos. Para os EUA o ano de 2024 é especialmente importante pois será ano de eleições onde o cenário de reeleição de Donald Trump é uma realidade bastante presente, que poderá mergulhar o país num ambiente de conflito social intenso e pôr em causa muitas das posições externas tomadas nos últimos anos.



No que toca ao ambiente, o ano de 2023 foi o ano mais quente desde que há registo, mas 2024 pode vir a ser pior segundo um relatório do Fundo Mundial para a Natureza. Nos EUA algumas seguradoras já retiraram a sua cobertura a casas nos estados da Califórnia e Florida dado o risco de seca e incêndios. Os especialistas temem que o próximo ano traga ainda mais catástrofes naturais e fenómenos meteorológicos extremos.

EUROPA

No médio longo prazo o Banco Central Europeu espera uma recuperação do crescimento do PIB à medida que a inflação vai abrandando e que os

países vão arranjanado alternativas energéticas que permitem estabilizar o mercado neste setor. No entanto, esta recuperação só se deverá começar a manifestar na segunda metade de 2024. Desta forma, a OCDE e o BCE estimam um crescimento do PIB europeu de 0,8% em 2024 e de 1,5% em 2025.

Relativamente à inflação, é esperado que a tendência de redução da inflação continue, com a taxa a cair para os 2,9% em 2024 e 2,3% em 2025. No entanto, a OCDE alerta para a potencial volatilidade deste indicador, dado o risco de aumento da incerteza no mercado da energia e de disrupção de cadeias de fornecimento.

PREÇOS NO CONSUMIDOR



De mencionar que a redução da inflação deverá também ser apoiada pela moderação do crescimento da procura privada, 1,6% segundo o FMI. A OCDE apresenta uma previsão ainda mais pessimista apontando para um crescimento de apenas 1,1%. Este consumo modesto deve-se às elevadas taxas de juro que têm tido impacto nas poupanças das famílias, em especial em países com maior incidência de juros variáveis nos empréstimos.

Relativamente ao consumo público, é esperado que em 2024 este cresça entre os 0,8%, segundo dados da OCDE, e 1%, segundo dados do FMI.

Para o mercado do trabalho é esperado uma estabilização. O crescimento do emprego deve abrandar para os 0,4% em 2024 e 2025. No entanto, é esperado que certos setores continuem a encontrar fortes dificuldades na contratação,

nomeadamente a saúde, hotelaria, construção e tecnologias de informação. Embora possa haver variações de país para país, a expectativa é que o desemprego se mantenha estável, com uma taxa média na Europa de 6% para 2024, e a cair ligeiramente para os 5,9% em 2025.

A política monetária deve continuar apertada durante o ano de 2024 enquanto as pressões inflacionarias não perderem mais força. A OCDE alerta para o risco de as políticas financeiras restritivas permanecerem durante demasiado tempo na União Europeia. De lembrar que em 2023 estas medidas de contenção começaram a fazer-se sentir em vários setores da economia. Pese embora o abrandar da procura contribua positivamente para a desinflação, tem impactos adversos no crescimento e pode levar a uma destabilização dos mercados financeiros.



10.2 CENÁRIO INTERNO

As projeções indicam que 2024 deverá ser um ano semelhante a 2023, em que ambos são caracterizados pelo abrandamento da economia. A situação negativa dos parceiros económicos de Portugal deve manter-se, o que irá continuar a afetar as exportações e a atividade económica. No entanto, a recuperação da procura externa, o

desacelerar da inflação e o Plano de Recuperação e Resiliência deverão suportar uma recuperação de médio longo termo.

Apresentam-se de seguida as principais projeções de crescimento do PIB para 2024.

CRESCIMENTO PIB 2024 (%)

■ Cons. Finan. Pub. ■ Min. Financ ■ FMI ■ Com. Europ. ■ OCDE ■ BdlP



Como é possível observar no gráfico acima, as projeções de crescimento para o próximo ano variam entre os 1,2% e os 1,5%. Para 2025 as projeções variam entre os 1,8% e os 2,2%. No longo prazo, o FMI prevê uma taxa de crescimento de 1,9% em 2028.

As exportações, segundo dados do Banco de Portugal, devem crescer apenas 2,3%, depois de terem crescido 5,3% em 2023. As importações deverão acelerar, crescendo 3,2%, depois de terem crescido 2,2% em 2023.

Como mencionado acima, um dos fatores que irá contribuir para a recuperação de Portugal será o desacelerar da inflação. A Comissão Europeia, que tinha uma das estimativas mais pessimistas para a inflação em 2023 (5,5%), prevê um abrandamento para os 3,2% em 2024 e 2,4% em 2025. Observando-se esta trajetória, Portugal estará muito perto do rácio ideal de estabilidade de 2%. Esta recuperação será em grande parte consequência da política monetária mais restritiva que deverá ser aliviada ao longo do próximo ano. Não obstante, espera-se que 2024 possa começar com uma aceleração da taxa de inflação, dado o fim do programa IVA zero e a possível instabilidade do

mercado da energia. No entanto, este efeito será contrabalançado ao longo do ano.

Outro fator já mencionado é o Plano de Recuperação e Resiliência. A OCDE projeta um aumento do investimento dos fundos do PRR. Em 2023 este tipo de investimento representou 0,8% do PIB, em 2024 deverá representar 1,9% e em 2025, 1,1%.

Relativamente ao consumo privado, o Banco de Portugal e a OCDE preveem que se deverá manter baixo, crescendo apenas 1% em 2024, valor idêntico ao de 2023. É expetável que haja um crescimento em 2025, na casa dos 1,6% - 1,7%. Este crescimento está alinhado com o abrandar da inflação e com a projeção de aumento de salários que contribuem para a recuperação das poupanças das famílias.

No consumo público as projeções são menos claras, o Banco de Portugal projeta um crescimento de 1%, uma quebra ligeira relativamente ao crescimento de 1,1% registado em 2023, por oposição a OCDE projeta um crescimento de 1,8%, o que representa um aumento relativamente ao reportado para 2023.

Também pouco clara é a trajetória do desemprego

em 2024. Em 2023 os dados do FMI, Banco de Portugal, OCDE e a Comissão Europeia colocavam a taxa de desemprego entre os 6,5% e os 6,6%. Para 2024 a OCDE prevê que a taxa desça ligeiramente, a Comissão Europeia e o FMI preveem que a taxa se mantenha inalterada, ou seja, 6,5% em 2024, por fim, o Banco de Portugal prevê que a taxa suba consideravelmente para os 7,1%. As

diferenças nas projeções estão ligadas à incerteza do mercado de trabalho. A procura de mão de obra deverá continuar a crescer embora, segundo dados do Banco de Portugal, as empresas reportem uma quebra de confiança no mercado do trabalho, por outro lado, a população ativa deverá continuar a aumentar.

10.3 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

A Termalístur como empresa responsável pela gestão e exploração das termas de S. Pedro do Sul tem como desafio permanecer na linha da frente na prestação de serviços termais de excelência e da máxima qualidade.

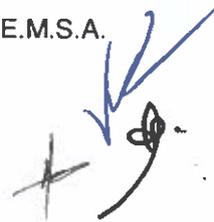
Em 2024, o Estado através do Serviço Nacional de Saúde, continuará a sua aposta nas comparticipações aos utentes que realizem tratamentos nos estabelecimentos termais, uma vez que em 2023 foi aprovada a comparticipação de forma definitiva.

O projeto financiado "Promoção da utilização da energia

geotérmica", ficará concluído em 2024 e permitirá alargar a pequena rede de distribuição de geotermia para outros utilizadores ligados ao turismo termal de S. Pedro do Sul de forma a tirar o melhor proveito deste recurso endógeno de forma sustentável e aumentará a receita com a venda da energia geotérmica.

Em 2024, serão lançados novos produtos de dermocosmética AQVA direcionados para a pele atópica resultante do projeto AqvATOPIC e a nova linha anti-idade.





11. OS OBJETIVOS E AS POLÍTICAS DA SOCIEDADE EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

a) RISCOS DE CRÉDITO

i) Créditos sobre Clientes

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, a Empresa:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus Clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito quando aplicável.

b) RISCOS DE MERCADO

i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash-flows de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. No entanto, o seu maior financiamento foi contratado a uma taxa de juro de 5,56% e atualmente estamos a pagar juros à taxa de 5,101%. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

c) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

12. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Empresa não dispõe de sucursais.





13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucedendo que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos

apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto "IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais". Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalístur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalístur aceitou dar como garantia



sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

"julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC {cfr. Artº 9527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nºl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP};

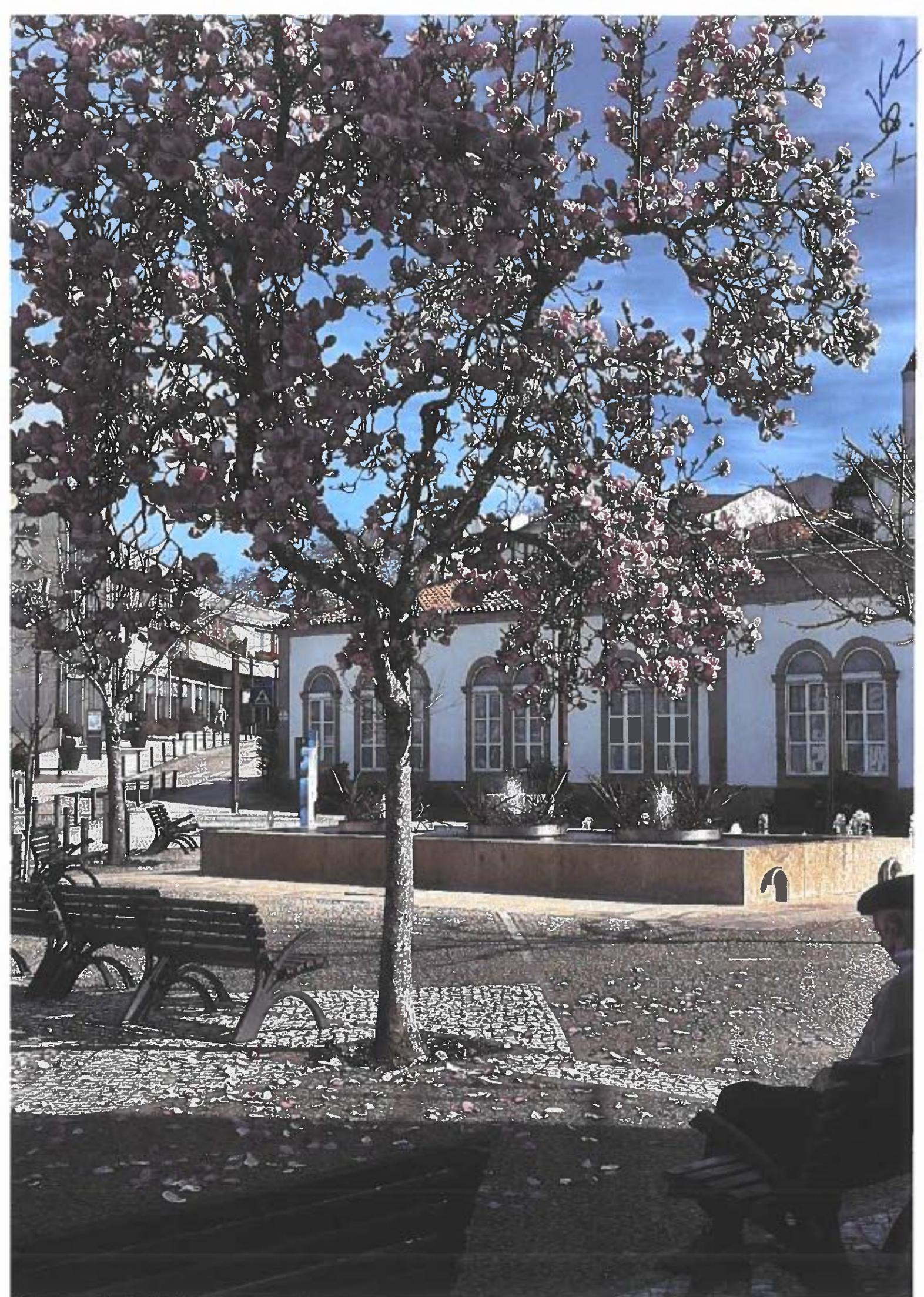
iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela. No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que considera a possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

A 28 de abril de 2022, a Termalistur adquiriu ao Município de S. Pedro do Sul o prédio urbano anexo ao Balneário Rainha D. Amélia "Museu RDA",

artigo matricial nº3669, pelo montante de 252.603€. Considerando que este prédio foi desanexado do prédio urbano, denominado "Balneário Rainha D. Amélia", e que a entidade paga uma renda mensal, seria razoável considerar que deveria ter existido uma redução da renda praticada na proporção da área total do terreno, o que não aconteceu. A entidade já solicitou ao Município esta redução aguardando correção das rendas de 8 meses de 2022 e do ano de 2023.

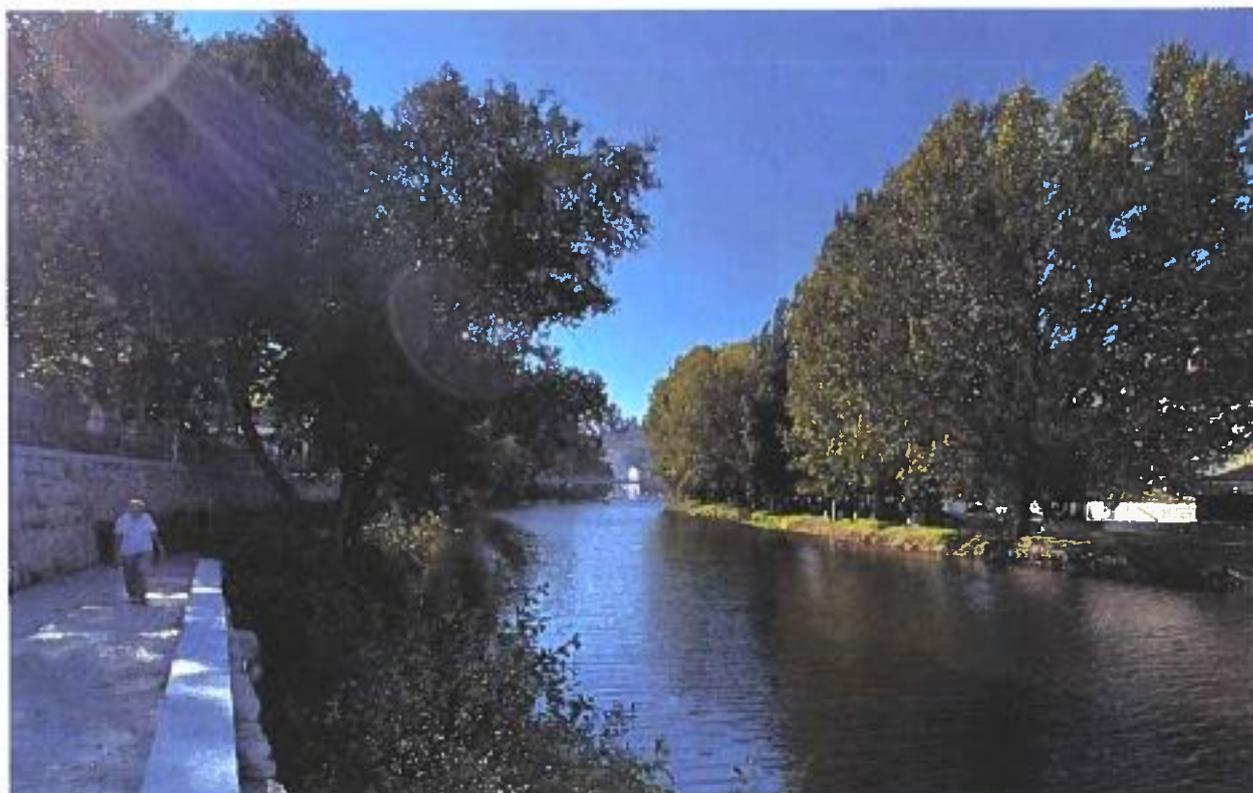
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.



14. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea c) do art. 9º dos Estatutos da Empresa e tendo-se apurado para o ano de 2023, um Resultado Líquido negativo no valor de 26.935,47 Euros, propõe-se que o resultado tenha a seguinte aplicação;

RESULTADOS TRANSITADOS ————— -26.935,47 EUROS.



15. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

15.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

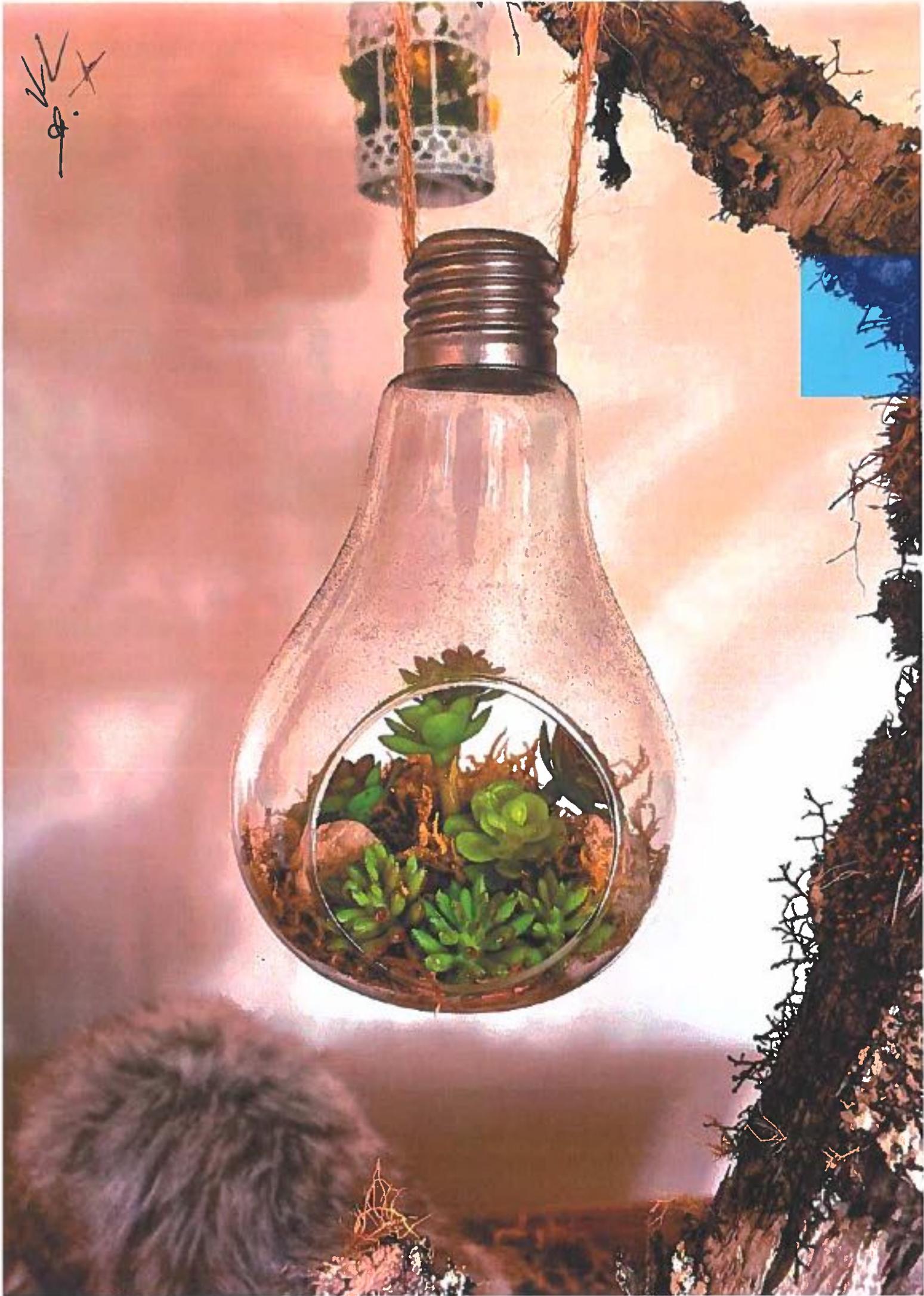
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de março de 2024. No entanto, os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

15.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Em relação às perspetivas futuras a Administração continua apreensiva quanto ao impacto negativo que poderá ocorrer na atividade de 2023, decorrente da Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, em que os maiores constrangimentos poderão decorrer do abrandamento económico ao nível europeu e mundial. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos já não são materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2023, nem colocará em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2024.

Handwritten signature or initials in the top left corner.



16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os que, de uma forma direta ou indireta, colaboram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul e sua equipa;
- Ao Fiscal Único e à sua equipa;
- Aos nossos aquistas, que continuam a revelar plena confiança nos serviços prestados;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa.

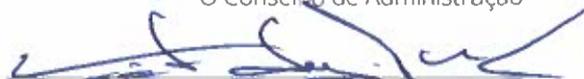
Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e

empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Termalistur.

Apresentam-se, de seguida as demonstrações financeiras individuais relativas ao ano findo, em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo.

Termas de S. Pedro do Sul, 28 de março de 2024

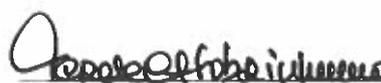
O Conselho de Administração



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Fernando Varando Aído - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)

17. ANEXO AO RELATÓRIO

PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Art.º 447º do Código da Sociedade Comerciais

1..1 Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade;

1.1.1 Os membros dos órgãos sociais não detinham nem transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade no ano de 2023.

1.2 Ações Termalitur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de

administração;

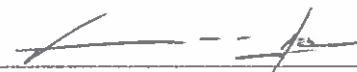
1.2.1 Não existem ações detidas ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos de gestão sociais da sociedade exerçam funções de administração.

Termas de S. Pedro do Sul, 28 de março de 2024

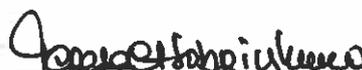
O Conselho de Administração



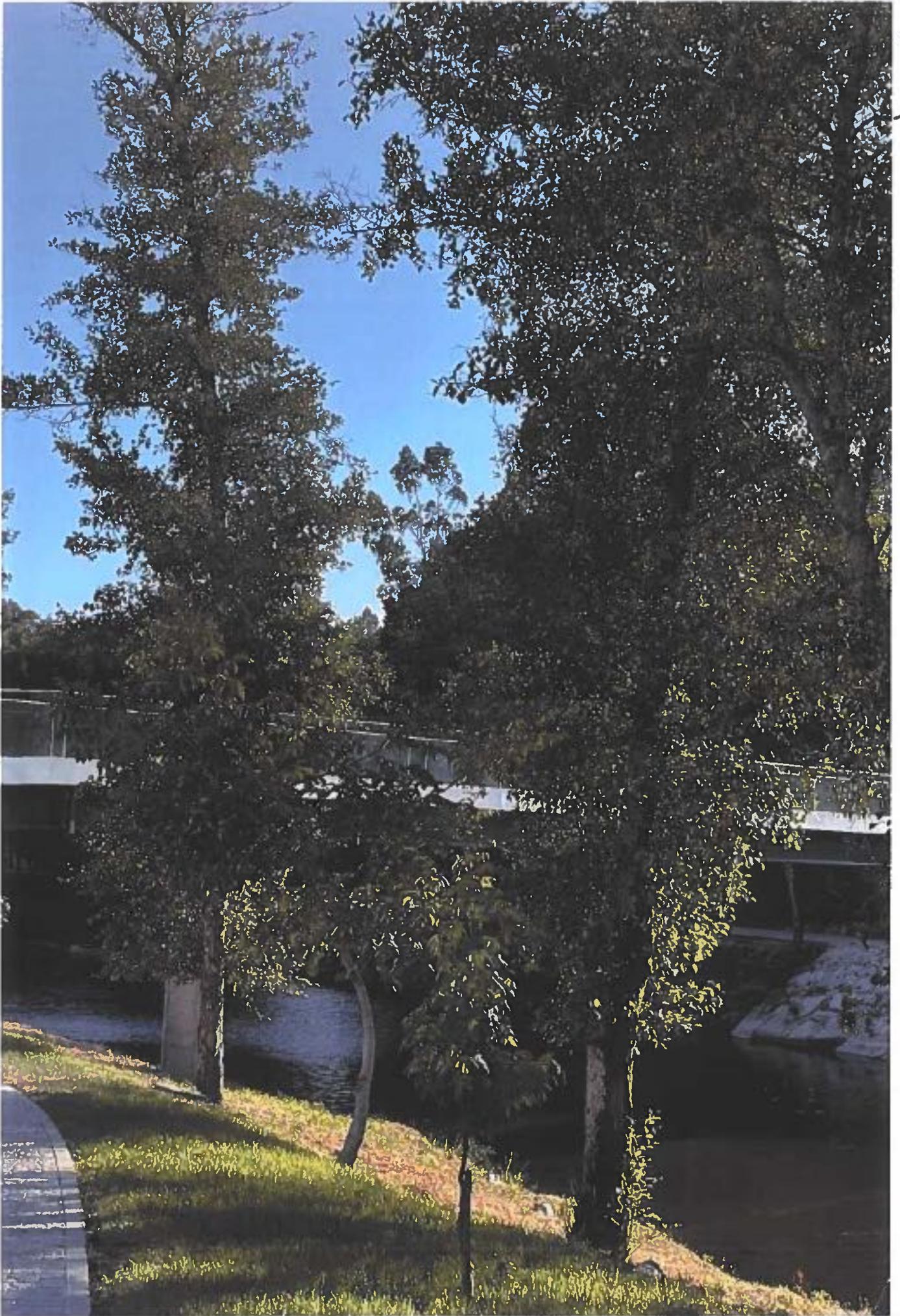
(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)



Handwritten notes in the top right corner, including a circled 'B' and some arrows pointing downwards.

Handwritten signature or mark in the top left corner.

TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL

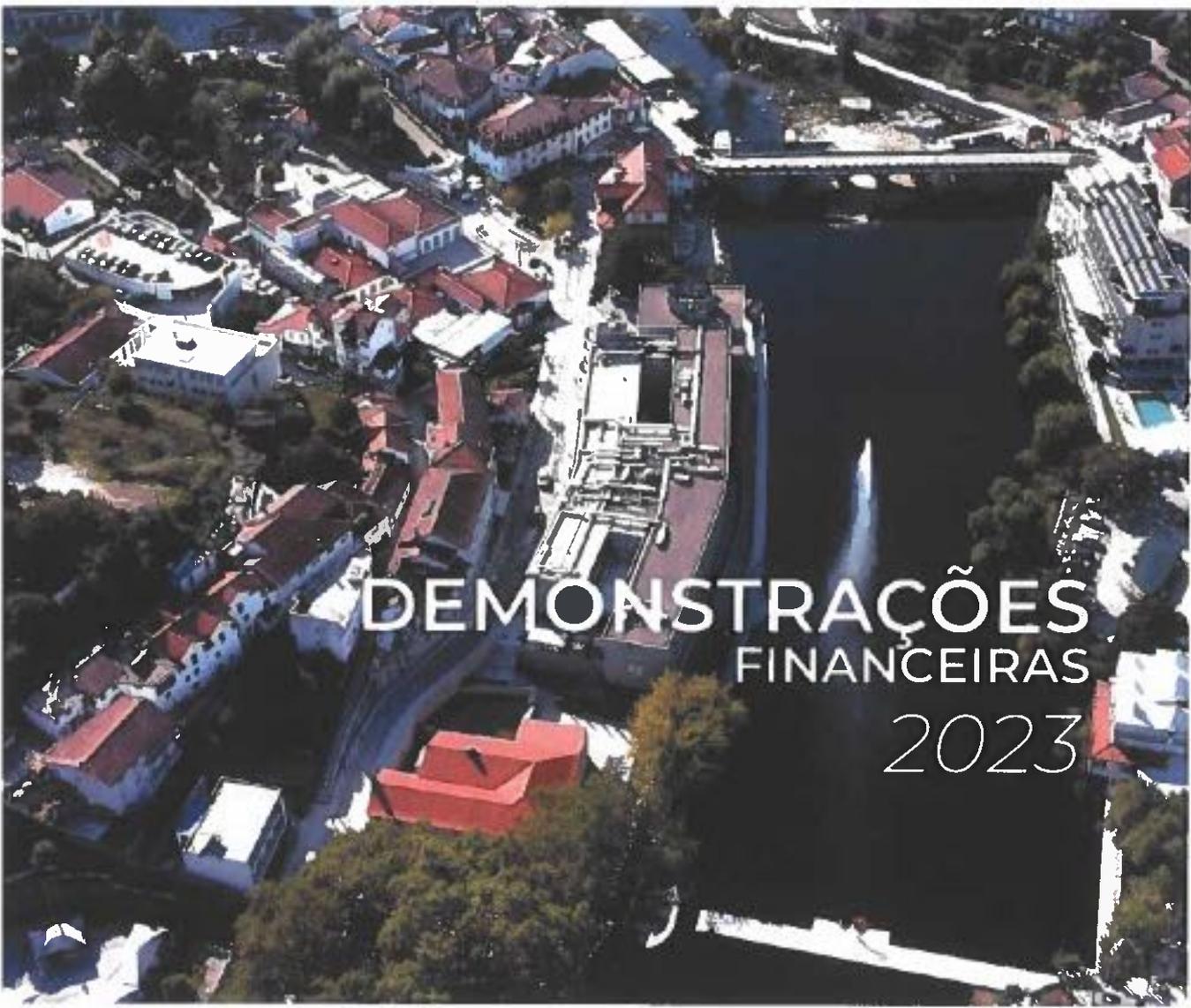
SE COMO A ÁGUA

TERMALISTUR - MAIS DO QUE
UM OBJETIVO UM CAMINHO.

Handwritten signature or initials in blue ink.

**TERMAS
SÃO PEDRO
DO SUL**

SÉ COMO A ÁGUA



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2023**

ÍNDICE

Balanço em 31 de dezembro de 2023	4
Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2023 e 2023	7
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	8
1. Identificação da entidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
2.1 Referencial contabilístico	8
2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas	9
2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	9
3. Principais políticas contabilísticas	9
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	9
a) Ativos intangíveis	9
3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:	20
3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro	21
3.4 Principais fontes de incerteza	21
4. Fluxos de caixa	21
4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:	21
5. Ativos Intangíveis	21
5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis	21
6. Ativos fixos tangíveis	23
6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:	23
6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano:	26
7. Locações	27
7.1. Locações financeiras - locatários:	27
8. Outros investimentos financeiros	28
9. Inventários	28
9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas	28
10. Réditos	29
10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:	29
10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado:	29

Handwritten initials and signature

11.	Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo	29
11.1.	Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo	29
12.	Acontecimentos após a data do balanço.....	30
12.1.	Autorização para a emissão.....	30
12.2.	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço.....	30
13.	Impostos sobre o rendimento.....	31
13.1.	Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos.....	31
13.2.	Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.....	31
13.3.	Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.....	31
14.	Instrumentos financeiros.....	32
14.1.	Ativos e passivos financeiros.....	32
14.2.	Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros.....	40
14.3.	Montante de capital social.....	40
14.4.	Ações representativas do capital social.....	40
14.5.	Variação do número de ações em circulação durante o período.....	40
14.6.	Reserva Legal.....	40
14.7.	Outras Reservas.....	41
14.8.	Resultados transitados.....	41
14.9.	Outras variações do capital próprio.....	41
15.	Benefícios dos empregados.....	42
16.	Divulgações exigidas por diplomas legais.....	43
17.	Outras informações.....	43
17.1.	Estado e outros entes públicos.....	43
17.2.	Fornecimentos e serviços externos.....	44
17.3.	Outros rendimentos.....	45
17.4.	Outros gastos.....	47
17.5.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	48

Balanço em 31 de dezembro de 2023

Valores em cêntimos de Euros

RUBRICAS	Notas	31.dez.23	31.dez.22
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12 511 971,75	13 089 978,62
Ativos intangíveis	5	60 014,35	28 921,72
Outros investimentos financeiros	8	14 391,68	18 038,33
Ativos por impostos diferidos	13,4	4 546,22	25 609,36
		12 590 924,00	13 162 548,03
Ativo corrente			
Inventários	9	222 575,01	186 630,85
Clientes	14.1.1.1.	79 545,96	110 982,17
Estado e outros entes públicos	17	3 576,74	4 366,21
Outros créditos a receber	14.1.1.2	4 154 680,12	766 076,74
Diferimentos	14.1.1.3	6 150,77	5 971,15
Caixa e depósitos bancários	4.1	68 646,50	24 181,57
		4 535 175,10	1 098 208,69
Total do Ativo		17 126 099,10	14 260 756,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14.3	4 559 379,00	4 559 379,00
Reservas legais	14.6	28 602,45	28 602,45
Outras reservas	14.7	4 248,48	4 248,48
Resultados transitados	14.8	-1 441 876,21	-1 464 531,06
Outras variações no capital próprio	14.9	3 632 781,78	951 489,76
Resultado líquido do período	DR	-26 935,47	22 654,85
Total do Capital Próprio		6 756 200,03	4 101 843,48
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7/14.1.2.1	6 689 028,72	7 674 470,38
Outras dívidas a pagar	14.1.2.4	1 054 678,58	276 239,10
		7 743 707,30	7 950 709,48
Passivo corrente			
Fornecedores	14.1.2.2	145 051,75	189 516,22
Estado e outros entes públicos	17	164 566,32	110 021,06
Financiamentos obtidos	14.1.2.1	1 526 128,25	1 328 831,20
Outras dívidas a pagar	14.1.2.3	321 822,33	567 793,74
Diferimentos	14.1.2.5	468 623,12	12 041,54
		2 626 191,77	2 208 203,76
Total do Passivo		10 369 899,07	10 158 913,24
Total do capital Próprio e do Passivo		17 126 099,10	14 260 756,72

A Contabilista Certificada

Carla Sofia dos Santos Campos

O Conselho de Administração

João Paulo Fernandes

**Demonstração dos Resultados por naturezas do ano findo em 31 de dezembro de
2023**

Valores em cêntimos de euro

Rúbricas dos rendimentos e gastos	Nota	31.dez.23	31.dez.22
Vendas e Prestações de Serviços:	10.1	3 923 168,75	3 551 388,92
Subsídios à exploração	11.1	70 053,89	126 665,19
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-159 615,24	-152 775,82
Fornecimentos e serviços externos	17.2	-1 076 822,56	-1 088 522,99
Gastos com o pessoal	15	-2 479 898,26	-2 289 043,31
Outros rendimentos	17.3	573 245,39	470 988,30
Outros gastos	17.4	-68 034,48	-50 074,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		782 097,49	568 625,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	-361 250,11	-380 715,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		420 847,38	187 910,15
Juros e gastos similares suportados	14.2	-420 847,38	-187 910,15
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	13	-26 935,47	22 654,85
Resultado líquido do período		-26 935,47	22 654,85

A Contabilista Certificada

Carla Lúcia dos Santos Paiva

O Conselho de Administração

[Assinaturas]

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023

Valores em cêntimos de euro

Rubricas	Períodos	
	2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	4 163 564,27	3 686 857,96
Pagamentos a fornecedores	-1 149 524,45	-1 040 858,58
Pagamentos ao pessoal	-2 407 036,23	-2 222 128,97
Caixa gerada pelas operações	607 003,59	423 870,41
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-4 484,73	3 743,98
Outros recebimentos/pagamentos	71 685,53	208 010,00
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	674 204,39	628 136,43
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-447 362,22	-183 906,86
Ativos intangíveis	-44 734,76	-13 712,17
Investimentos financeiros	-1 471,70	-8 147,39
Outros ativos		
	-493 568,68	-205 766,42
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	200 000,00	
Investimentos financeiros	5 118,35	5 519,23
Subsídios ao investimento	880 150,20	402 427,27
	1 085 268,55	407 946,50
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	591 699,87	202 180,08
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 210 904,58	622 811,43
	1 210 904,58	622 811,43
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2 017 692,48	-1 276 889,61
Juros e gastos similares	-414 651,43	-183 460,45
	-2 432 343,91	-1 460 350,06
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-1 221 439,33	-837 538,63
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	44 464,93	-7 222,12
Caixa e seus equivalentes no início do período	24 181,57	31 403,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	68 646,50	24 181,57

A Contabilista Certificada

Carla Sofia dos Santos Ramos

O Conselho de Administração

Carla Sofia dos Santos Ramos

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no ano findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores expressos em cêntimos de euro

Demonstração das alterações no Capital Próprio - Ano 2023

		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio Subsídios	Outras variações no capital próprio PID	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período	1	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 464 531,06	1 227 728,86	-276 239,10	22 654,85	4 101 843,48
Alterações no período:									
Imputação de subsídios						-11 771,36	2 649,34		-9 125,02
Ajustamento por impostos diferidos						3 471 505,86	-781 088,82		2 690 417,04
Aplicação de resultados					22 654,85			-22 654,85	
	2				22 654,85	3 459 731,50	-778 439,48	-22 654,85	2 681 292,02
Resultado Líquido do Período	3							-26 935,47	-26 935,47
Resultado Integral									2 654 356,55
Posição no fim do ano 2022	4 = 1 + 2 + 3	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 441 876,21	4 687 460,36	1 054 678,58	-26 935,47	6 756 200,83

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Ano 2022

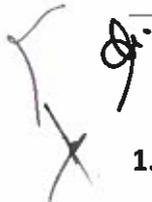
	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio Subsídios	Outras variações no capital próprio PID	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2022	1	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 460 814,03	1 240 617,85	-279 139,19	-3 717,03	4 089 177,53
Alterações no período:									
Reconhecimento Subsídio									
Imputação de subsídios						-12 888,99			-12 888,99
Ajustamento por impostos diferidos							2 900,09		2 900,09
Aplicação de resultados					-3 717,03			3 717,03	
	2				-3 717,03	-12 888,99	2 900,09	3 717,03	-9 988,90
Resultado Líquido do Período	3							22 654,85	22 654,85
Resultado Integral									12 665,95
Posição no fim do ano 2021	4 = 1 + 2 + 3	4 559 379,00	28 602,45	4 248,48	-1 464 531,06	1 227 728,86	-276 239,10	22 654,85	4 101 843,48

A Contabilista Certificada

Carla Lopes dos Santos Pereira

O Conselho de Administração

Carla Lopes dos Santos Pereira



ANEXO

1. Identificação da entidade

A Termalitur-Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A. (doravante designada por Termalitur ou Empresa), é uma sociedade Anónima, com sede na Praça Dr. António José de Almeida, Várzea S. Pedro do Sul, constituída em 8 de janeiro de 2004, como Empresa Municipal, foi transformada em S.A. durante o ano de 2013, e tem como atividade principal a gestão e exploração de equipamentos termais. A Empresa é detida a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC/NCRF), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo,

utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em cêntimo de Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

(ver nota 3.4)

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente projetos de desenvolvimento e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo).

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 10 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

A Empresa efetua para todos os seus ativos intangíveis com vida útil indefinida, testes de imparidade sempre que existam indícios de forma a comparar a sua quantia recuperável com a

quantia escriturada. A Empresa revê anualmente a vida útil estimada dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, de forma a verificar se os acontecimentos e circunstâncias que apoiam numa avaliação de vida útil indefinida para esse ativo se mantêm. Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

✓/✓

Handwritten signature and initials.

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	8 - 50
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

A Empresa revê anualmente o período de vida útil estimada de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando exista.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, sendo que a forma de custeio utilizada é o custo médio. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso da conversão dos produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamentos são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em conformidade com a legislação aplicável, a empresa utiliza o sistema de inventário permanente.

e) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva (ou ao seu custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado) menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Financiamentos e gastos com financiamentos

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo ou ao custo amortizado (usando o método de juro efetivo), deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros calculados com base na utilização do método do juro efetivo, tal como descrito na NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras reconhecidas de acordo com a NCRF 9 - Locações.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis;
- Ativos intangíveis;
- Propriedades de investimento.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

iii. Dívidas a terceiros

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo amortizado, utilizado o método da taxa de juro efetiva ou ao custo nominal caso não diferia materialmente do custo amortizado.

iv. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;

- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo amortizado, determinado com base no método da taxa de juro efetiva.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além de caixa e depósitos bancários, os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos

porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

h) Subsídios do Governo

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Conforme referido na FAQ n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística, revista em 15/04/2013, não existe qualquer diferença temporária tributável no caso da contabilização em capitais próprios de subsídios não reembolsáveis, mas existe lugar à contabilização de uma obrigação (um passivo), isto é, um crédito na rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente" e um débito na rubrica "Outras variações em capitais próprios". Em função do reconhecimento do subsídio ao rendimento, esta obrigação reverte por contrapartida da rubrica "Outras dividas a pagar – não corrente"

No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

i) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos nos períodos de 2010 e 2011, de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, e doze anos para os períodos posteriores, sendo possível a sua dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2023 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2024, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2023.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*"acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	2023	2022
Caixa		
Depósitos à ordem	68 646,50	24 181,57
	68 646,50	24 181,57

5. Ativos Intangíveis

5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos Intangíveis-Outros	Vida útil	Taxa de Amortização
Projetos de desenvolvimento	3	33,33%
Propriedade industrial	3	33,33%
Programas de Computador	3	33,33%

- b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha reta durante um período que varia entre 3 e 5 anos.
- c) Os ativos intangíveis e o valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados apresentam a seguinte decomposição por classe:

	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022			
	Quantia escriturada bruta	Amort. Acum.	Perdas imp.	Valor Líquido	Quantia escriturada bruta	Amort. Acum. Perdas imp.	Valor Líquido
Ativos Intangíveis-Outros							
Projectos de desenvolvimento	124 526,90		77 154,90	47 372,00	80 044,00	73 697,03	6 346,97
Software	60 868,82		48 226,47	12 642,35	60 868,82	44 549,60	16 319,22
Propriedade industrial	627,30		627,30		627,30	627,30	
Ativos intangíveis-em curso					6 255,53		6 255,53
Totais	186 023,02		126 008,67	60 014,35	147 795,65	118 873,93	28 921,72

- d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis do período de 2023 e 2022 são os que se seguem:

	31 de dezembro de 2023				
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2023	80 044,00	60 868,82	627,30	6 255,53	147 795,65
Adições	44 482,90				44 482,90
Abates				-6 255,53	-6 255,53
Saldo em 31.12.2023	124 526,90	60 868,82	627,30		186 023,02
Amortizações acumuladas					
Saldo em 01.01.2023	-73 697,03	-44 549,60	-627,30		-118 873,93
Adições	-3 457,87	-3 676,87			-7 134,74
Saldo em 31.12.2023	-77 154,90	-48 226,47	-627,30		-126 008,67
Quantia escriturada	47 372,00	12 642,35			60 014,35

	31 de dezembro de 2022				
	Projectos de desenvolv.	Programas de computador	Propriedade industrial	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta					
Saldo em 01.01.2022	80 044,00	47 433,02	627,30		128 104,32
Adições		13 435,80		6 255,53	19 691,33
Saldo em 31.12.2022	80 044,00	60 868,82	627,30	6 255,53	147 795,65
Amortizações acumuladas					
Depreciações acumuladas					
Saldo em 01.01.2022	-70 493,90	-40 647,18	-627,30		-111 768,38
Adições	-3 203,13	-3 902,42			-7 105,55
Saldo em 31.12.2022	-73 697,03	-44 549,60	-627,30		-118 873,93
Quantia escriturada	6 346,97	16 319,22		6 255,53	28 921,72

O aumento da rubrica "Projetos de desenvolvimento" refere-se à conclusão do projeto "AqvATOPIC-Desenvolvimento da gama de produtos cosméticos com água mineral natural das termas de S. Pedro do Sul vocacionados para a dermatite atópica" que se encontrava em curso.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta e por duodécimos. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usados:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	10 - 50	2% - 10%
Equipamento básico	8 - 50	2% - 12,5%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,5% - 33.3%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10	25% - 100%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

31 de dezembro de 2023

	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios outras construções	Equipamento básico	Equipament o de transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01.01.2023	4 000 977,93	12 142 136,63	3 376 486,36		209 278,75	360 712,61	896 199,28	20 985 791,56
Adições		12 584,48	5 091,37	18 643,29		24 834,97	165 070,68	226 224,79
Alienações		-579 956,66	-21 035,31		-2 643,78		-15 571,08	-619 206,83
Abates			47 398,30		19 137,88	62 948,29		129 484,47
Saldo em 31.12.2023	4 000 977,93	11 574 764,45	3 313 144,12	18 643,29	187 497,09	322 599,29	1 045 698,88	20 463 325,05
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01.01.2023		-4 329 029,44	-3 047 392,11		-188 331,80	-331 059,59		-7 895 812,94
Adições		-295 498,56	-45 138,05	-2 136,21	-4 260,81	-7 081,74		-354 115,37
Alienações		152 330,39	14 116,37		2 643,78			169 090,54
Abates			47 398,30		19 137,88	62 948,29		129 484,47
Saldo em 31.12.2023		-4 472 197,61	-3 031 015,49	-2 136,21	-170 810,95	-275 193,04		-7 951 353,30
Quantia escriturada	4 000 977,93	7 102 566,84	282 128,63	16 507,08	16 686,14	47 406,25	1 045 698,88	12 511 971,75

31 de dezembro de 2022

	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2022	3 959 860,57	11 912 210,97	3 341 396,05	202 460,26	360 712,61	479 391,65	20 256 032,11
Adições	41 117,36	229 925,66	35 090,31	6 818,49		416 807,63	729 759,45
Saldo em 31.12.2022	4 000 977,93	12 142 136,63	3 376 486,36	209 278,75	360 712,61	896 199,28	20 985 791,56
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2022		-4 029 267,31	-2 985 318,99	-183 601,68	-324 015,13		-7 522 203,11
Adições		299 762,13	62 073,12	-4 730,12	-7 044,46		-373 609,83
Saldo em 31.12.2022		-4 329 029,44	-3 047 392,11	-188 331,80	-331 059,59		-7 895 812,94
Quantia escriturada	4 000 977,93	7 813 107,19	329 094,25	20 946,95	29 653,02	896 199,28	13 089 978,62

Em 2023, foi efetuado o registo do abate de diverso equipamento elétrico e software que se encontrava danificado ou obsoleto, sem qualquer valor comercial ou contabilístico. A comunicação do abate foi efetuada às finanças.

Foi também efetuado o registo do abate de ativos danificados devido à trovoadas, cuja quantia escriturada era nula. A entidade participou o sinistro junto da Generali Seguros S.A., tendo recebido uma indemnização de 443,43€.

Em 2023 foram efetuadas duas alienações:

- O "Complexo do Gerós" pelo valor de 655.000€ ao Município de S. Pedro do Sul, através da celebração de um contrato promessa compra e venda com tradição. A quantia escriturada era de 450.116,29€.
- Uma estufa de vapor à coluna pelo valor de 1.750€, cuja quantia escriturada era nula.

As adições ao ativo fixo tangível em 2023 foram as seguintes:

- Na rubrica “edifícios e outras construções”: foram efetuadas algumas benfeitorias no Balneário D. Afonso Henriques, nomeadamente, substituição do pavimento da parte médica no valor de 4.630,20€, revestimento porcelânico da receção no valor de 5.718,19€ e benfeitorias na fração C no valor de 2.236,09€.
- Na rubrica “equipamento básico” foram efetuadas a aquisição de uma marquesa elétrica 3 corpos no valor de 1.968,78€ e de uma peça para o compressor no valor de 3.122,59€.
- Na rubrica “equipamento de transporte” foi efetuada a aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias (Opel Combo), matrícula AX-84-DO no valor de 18.643,29€.
- Na rubrica “outros ativos fixos tangíveis” foram adquiridos três jardins verticais e duas árvores artificiais no valor de 7.797,56€, uma caixa de luz de 1 face para parede no valor de 4.009,15€, placas de revestimento PVC nogueira no valor de 2.792,09€, uma turbina no valor de 1.603,66€, um hidrovar no valor de 2.026,41€, a reparação do chiller do Balneário D. Afonso Henriques no valor de 4.533,86€ e a substituição da tubagem de ligação ao permutador do Balneário D. Afonso Henriques no valor de 2.072,24€.
- Na rubrica “obras em curso” foram registadas as obras referentes ao projeto financiado pelo Fundo Ambiental “Promoção da utilização da Energia geotérmica das Termas de S. Pedro do Sul” no valor de 165.070,68 Euros.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis” é composta, em cerca de 80%, por terrenos e imóveis. O Balneário D. Afonso Henriques foi adquirido ao Município de S. Pedro do Sul, pelo montante de 13.475.087 Euros, em março de 2008. Este imóvel encontra-se hipotecado pelo montante de 13.750.000 Euros a favor da Caixa Geral de Depósitos, instituição que financiou a sua aquisição global com as seguintes condições:

- Prazo: 20 anos (com 1 ano de carência de capital);
- Taxa de Juro: Euribor a 6 mês + *spread* de 1,2%.

O valor de aquisição do “Silo Auto” resulta de um aumento de capital social por entrada em espécie, ocorrido em março de 2008. Existe uma hipoteca sobre este imóvel a favor do Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, CRL como garantia do empréstimo da conta corrente caucionada, contraída no montante de 200.000 Euros e do empréstimo de médio e longo prazo no montante de 500.000 Euros.

De referir que, conforme divulgado na nota 17.5, existe um penhor a favor da AT onde a Termalitur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

O valor de aquisição do complexo “Gerós” resulta de um contrato de locação financeira celebrado com o Santander em novembro de 2006, com as seguintes condições de financiamento:

- Valor total do financiamento: 400.000 Euros +26.000 Euros (IMT)
- Nº de rendas mensais: 180;
- Valor residual: 20% do montante contratado;
- Taxa de Juro: Euribor a 3 meses + spread de 0,145%

O valor de aquisição da Carrinha Opel Combo, matrícula AX-84-DO, resulta de um contrato de locação financeira celebrado com a Caixa Geral de Depósitos em janeiro de 2023, com as seguintes condições de financiamento:

- Valor total do financiamento: 18.643,29€
- Nº de rendas mensais: 72;
- Valor residual: 20% do montante contratado;
- Taxa de Juro: Euribor a 12 meses + spread de 1,5%

A rubrica de “Equipamento básico” inclui bens de funcionamento da estrutura balnear, nomeadamente: postos de hidromassagem, postos de massagem subaquática, banheiras de hidromassagem, estufas de vapor à coluna, tribunas de duche de jato, duches de efusão, emanatórios coletivos, postos de aerossol sónico, postos de nebulização, postos de irrigação nasal, postos de pulverização, entre outros.

6.2. Depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um gasto de outros ativos durante o período, e depreciações acumuladas no final do ano

Descrição	Depreciações do ano		Depreciações acumuladas	
	2023	2022	2023	2022
Edifícios e outras construções	295 498,56	299 762,13	4 472 197,61	4 329 029,44
Equipamento básico	45 138,05	62 073,12	3 031 015,49	3 047 392,11
Equipamento administrativo	4 260,81	4 730,12	170 810,95	188 331,80
Outros activos fixos tangíveis	7 081,74	7 044,46	275 193,04	331 059,59
Totais	354 115,37	373 609,83	7 951 353,30	7 895 812,94

7. Locações

7.1. Locações financeiras - locatários:

a) Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	2023			
	Valor contrato	Amortizações acumuladas	valor em dívida	Valor residual
Contrato 1003402	426 000,00		88 717,31	85 200,00
Contrato 100144648	18 643,29	2 136,21	16 811,55	3 729,94
	444 643,29	2 136,21	105 528,86	88 929,94

O contrato de Leasing 1003402 financia a aquisição do prédio Urbano-Termas-Lote 1. O imóvel possui 1 piscina, 3 campos de ténis, um quiosque e campos de futebol, teve início em 10-11-2006 e o seu término será em abril de 2024.

O contrato de Leasing 100144648 financia a aquisição da Carrinha Opel Combo, matrícula AX-84-DO e o seu término será em fevereiro de 2029.

b) Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

Conforme descrito na nota 14.1.2., o passivo corrente relativo a estes contratos representa 90.922,44 Euros e passivo não corrente a quantia de 14.606,42 Euros.

Plano de reembolso	2023		
	Capital	Juros	Total
1 a 2 anos	90 922,44	1 551,48	92 473,92
2 a 3 anos	2 396,79	580,77	2 977,56
3 a 3 anos	2 502,58	474,98	2 977,56
3 a 4 anos	2 613,08	364,48	2 977,56
4 a 5 anos	2 728,45	249,11	2 977,56
Mais de 5 anos	4 365,52	29,95	4 395,47
	105 528,86	3 250,77	108 779,63

8. Outros investimentos financeiros

O valor contabilizado na rubrica "Outros ativos financeiros" é relativo a entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho. No ano de 2023, foram reconhecidos nesta rubrica o montante de 1.471,70 Euros e desreconhecidos o montante de 5.118,35€.

9. Inventários

9.1 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

	31-dez-23		31-dez-22	
Mercadorias	172 228,04		131 281,59	
Mat.primas sub. e de consumo	50 346,97		55 349,26	
	222 575,01		186 630,85	

	2023		2022	
	Mercadorias	Mat.primas subs e de consumo	Mercadorias	Mat.primas subs e de consumo
Inventário inicial	131 281,59	55 349,26	153 028,66	57 265,68
Compras	105 217,77	93 281,73	47 686,58	92 790,55
Regularização Inventários	-5 385,48	2 445,38	-11 780,04	415,24
Inventário final	172 228,04	50 346,97	131 281,59	55 349,26
Custo Exist. vendidas e Consumidas (1)	58 885,84	100 729,40	57 653,61	95 122,21

A rubrica "inventários de mercadorias" compreende artigos de merchandising, aparelhos para tratamentos e produtos de dermocosmética.

A rubrica "inventários de materiais diversos" compreende material para tratamentos, material de limpeza, fardamento e turcos.

Esta rubrica apresenta um aumento, face ao valor verificado em 31 de dezembro de 2022.

	2023	2022
Vendas	120 182,09	144 111,71
% custo da venda	49,00%	40,01%
% Margem s/ venda	51,00%	59,99%

Como se verifica, a margem s/venda diminuiu cerca de 8,99 p.p., em relação ao ano de 2022.

10. Réditos

10.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2023	2022	Variação
Mercadorias			
Aparelhos	33 487,96	27 640,23	5 847,73
Merchandising	10 831,70	25 778,67	-14 946,97
Dermocosmética	75 862,43	90 692,81	-14 830,38
	120 182,09	144 111,71	-23 929,62
Prestação de serviços			
Balneoterapia	2 596 162,01	2 358 782,56	237 379,45
Fisioterapia	354 126,70	315 438,14	38 688,56
Bem-estar	457 926,06	369 508,42	88 417,64
Consultas	391 041,05	362 334,49	28 706,56
Diversos	3 730,84	1 213,60	2 517,24
Volume de negócios	3 802 986,66	3 407 277,21	395 709,45
rédito	3 923 168,75	3 551 388,92	371 779,83

10.2 Vendas e prestações de serviços por mercado:

Todas as transações foram efetuadas no mercado interno.

Comparativamente com o período de 2022, o rédito da Empresa em 31 de dezembro de 2023, aumentou 371.779,83 Euros, que se traduz num aumento de 10,47% em relação ao período anterior. A atividade da entidade, em 2023, cresceu face ao período homólogo, contudo, ainda aquém dos valores pré pandemia (2019: 4.547.041,19€), apresentando uma redução de 13,72%, que se traduz numa diminuição de 623.872,44€.

11. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

11.1. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Subsídios reconhecidos em "Outros rendimentos"

Descrição	2023	2022
	Capitais próprios	Capitais próprios
ADDLAP	60,90	60,90
Termalismo + Inclusivo	5 887,20	5 887,20
NESTPOLIS	5 138,72	6 940,89
AqvAtopic	687,54	
Total	11 774,36	12 888,99

Subsídios reconhecidos em "Subsídios à exploração"

Descrição	2023	2022
	Demonstração de resultados	Demonstração de resultados
IEFP - Subsídios estágios e estímulos à criação de emprego	40 830,23	22 758,19
ARPT	6 158,38	2 173,09
Apoio Enc. Escolas		632,91
POCI		12 100,00
Apoiar		32 122,20
Outros	5 716,15	56 878,80
Agenda Transf. Turismo PRR	17 349,13	
Total	70 053,89	126 665,19

Em 2023, a rubrica "outros subsídios à exploração" inclui o subsídio do Projeto AqvAtopic no valor de 5.716,15€;

12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1. Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 28 de março de 2024. No entanto, o acionista poderá em Assembleia-Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, que necessitasse de ser ajustada das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.



A Guerra da Ucrânia iniciou-se a 21 de fevereiro de 2022, encontrando-se à data sem expectativas do fim do conflito. As consequências económicas afetaram o comércio mundial, traduzindo-se no aumento de algumas matérias-primas e em constrangimentos nas cadeias de distribuição. Devido a este cenário de incerteza, ainda não é possível quantificar possíveis consequências globais, mas a Entidade considera que tais impactos não foram materialmente relevantes para as demonstrações financeiras do ano de 2023, nem colocarão em causa a continuidade das suas operações, nem os seus compromissos financeiros assumidos, nos próximos 12 meses de 2024.

13. Impostos sobre o rendimento

13.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos/rendimentos	2023	2022
Impostos correntes	-26 935,47	-3 013,64
Impostos diferidos		25 668,49
Imposto sobre o rendimento do período	-26 935,47	22 654,85

13.2. Relacionamento entre gasto / rendimento de imposto e lucro contabilístico.

Descrição	2023	2022
1 - Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	0,00	0,00
Acréscimos à matéria colectável	338 970,04	1 407,81
Abates à matéria colectável	-207 077,13	0,00
Base de cálculo do IRC	131 892,91	1 407,81
2 - Imposto corrente (outras Tx.)	6 250,00	0,00
3 - Imposto corrente (Tx. Normal)	14 813,14	59,13
4 - SIFIDE	-21 063,14	-59,13
5 - CFEI		
5 - Derrama	1 978,39	21,12
6 - Tributação autónomas	3 893,94	2 933,39
7 - IRC de períodos anteriores e juros compensatórios	0,00	0,00
8 - Total do Imposto do Período	5 872,33	2 954,51
9 - Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [9 = (8) / 1 x 100]		

13.3. Explicação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

Em 2023, o imposto sobre o rendimento é de 5.872,33 Euros, para um resultado antes de imposto nulo.

14. Instrumentos financeiros

14.1. Ativos e passivos financeiros

14.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor nominal (custo amortizado semelhante ao valor nominal)

	2023	2022
Cientes	79 545,96	110 982,17
Outras créditos a receber	4 154 680,12	766 076,74
Diferimentos	6 150,77	5 971,15
Totais	4 240 376,85	883 030,06

14.1.1.1. Clientes

A rubrica clientes corresponde a dívidas a receber de clientes do mercado nacional.

14.1.1.2 Outros créditos a receber

Descrição	2023	2022
	Corrente	Corrente
IAPMEI-Agendas	2 946 589,80	0,00
Alienação Gerós-Município S. Pedro do Sul	455 000,00	0,00
Compensação financeira para equilíbrio de resultados	278 562,17	379 468,43
Fundo Ambiental	267 982,51	267 982,51
Turismo de Portugal	104 455,40	0,00
IEFP	42 624,98	11 376,35
Processos Tribunal	26 971,70	26 971,70
Saldos devedores de fornecedores	17 135,73	8 357,41
ARPT	4 544,93	2 173,09
Outros valores a receber - ACT	4 335,00	0,00
IAPMEI-Bairros digitais	4 119,50	
Outros valores a receber - Diversos	2 358,40	975,05
POCI (Prog. Operacional Compet. e Intern.)-Aqvatic	0,00	50 636,31
POCI (Prog. Operacional Compet. e Intern.)-Formação	0,00	18 135,88
Total	4 154 680,12	766 076,74

No dia 10 de março de 2023 foi assinado, o termo de aceitação junto do IAPMEI referente à candidatura apresentada à Agenda Acelerar e Transformar o Turismo nos termos do AAC n.º 02/C05-i01/2022, cabendo à Termalistur um incentivo de 3.826.740 Euros referente a um investimento de 4.536.740 Euros. Este projeto de investimento tem como ambição (re)posicionar a Estância Termal de São Pedro do Sul como destino termal de excelência e, progressivamente, de

notoriedade internacional no contexto do novo paradigma da saúde e do bem-estar termal, concretizando-se através dos seguintes objetivos:

- **Requalificar o Balneário Rainha D. Amélia**, reforçando a sua especialização no segmento termal do bem-estar dotando de novos espaços, mais modernos e equipados com novas tecnologias e equipamentos inovadores que sustentem novas propostas de experiências;
- **Construir um SPA Termal Exclusivo**, devidamente integrado no Balneário Rainha D. Amélia e no Jardim Exterior, que adicione novas valências à oferta termal disponível acrescentando valor ao produto baseado num conceito arquitetónico que destaca a água como elemento central e privilegia o relax e o bem-estar do visitante;
- **Instalar um Espaço Museológico e Interpretativo**, anexo ao Balneário Rainha D. Amélia, dedicado ao património material e imaterial da Estância Termal de São Pedro do Sul proporcionando aos visitantes uma verdadeira experiência imersiva na história deste destino termal singular;
- **Modernizar o Laboratório Termal**, integrado no Balneário Rainha D. Amélia, que assegure a qualidade da água mineral natural e contribua para potenciar a investigação e o desenvolvimento técnico-científico deste recurso endógeno diversificando a oferta de produtos dermocosméticos concebidos a partir das características singulares da água mineral natural de São Pedro do Sul e comercializados sob a marca AQVA;
- **Implementar um Sistema de Gestão Integrado de Informação**, que permita o acesso privilegiado dos visitantes à informação sobre as respetivas experiências, seja de âmbito administrativo ou logístico, seja de natureza técnica exclusiva oferecendo uma total independência, controlo e rastreabilidade aos visitantes sobre as respetivas experiências;
- **Desenvolver Estudos Técnico-Científicos**, dedicados à avaliação das potencialidades da água mineral natural de São Pedro do Sul, para tratamentos dermatológicos alavancando o mercado potencial dos produtos dermatológicos e o devido reconhecimento científico junto da comunidade médica, particularmente, dos dermatologistas;
- **Estruturar Novas Propostas de Produtos/ Experiências Turísticas**, ancoradas nas ofertas de saúde e bem-estar e na respetiva integração territorial, exclusiva do produto ou multi-produto desenhando propostas compósitas de programas turísticos, com a devida elasticidade e facilidade de personalização, dirigidas aos mercados mais exigentes.

De referir que, no âmbito deste projeto, a Entidade já recebeu o montante de 880.150,20 Euros a título de adiantamento.

No dia 19 dezembro de 2023 foi celebrado um contrato promessa de compra e venda com Tradição entre a Termalístur e o Município de S. Pedro do Sul, referente ao "Complexo do Gerós". O preço de venda é de 655.000 Euros, tendo à data de 31 de dezembro recebido o valor de 255.000 Euros.

Em 2023, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, atribuído pelo Município de S. Pedro do Sul, traduziu-se em 278.562,17€.

No início de 2020 foi celebrado um contrato com o "Fundo de Apoio à Inovação" para o financiamento de um projeto "Promoção da utilização da energia geotérmica", através de um subsídio ao investimento não reembolsável, no valor de 1.100.067,75 Euros (no final de 2021 foi efetuado um pedido de alteração entre rúbricas, tendo o incentivo passado a ser de 1.099.895,23 Euros). A obra foi adjudicada no início de 2021 e encontra-se em execução. De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante de 250.000 Euros a título de adiantamento, o montante de 179.485,45 Euros referente ao primeiro pedido de pagamento e o montante de 402.427,27 Euros a título de pedido de adiantamento contra fatura em dezembro de 2022 (regularizado em 2023).

Em abril de 2021, foi celebrado um acordo com vista à "investigação e desenvolvimento tecnológico de projetos de I&D em copromoção" entre a Termalístur e o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, através de um consórcio com as entidades "Universidade da Beira Interior" e a entidade "Prados Embalados, Lda." O Consórcio apresentou o projeto AqvATOPIC-Desenvolvimento da gama de produtos cosméticos com água mineral natural das termas de S. Pedro do Sul vocacionados para a dermatite atópica. Este projeto inclui um investimento global de 426.559,27 Euros, sendo atribuído um incentivo financeiro não reembolsável de 262.343,81€ Euros, correspondente a 61,5% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis. A parte que concerne à Termalístur no referido consórcio, fixa-se num investimento elegível de 257.177,42 Euros, beneficiando de um incentivo de 138.659,56 Euros (no final de 2021 foi efetuado um pedido de alteração, tendo o incentivo passado a ser de 114.343,59

Euros). De referir que, no âmbito deste projeto a Entidade já recebeu o montante total, tendo o projeto terminado a 30/06/2023.

O valor a receber 18.135,88 Euros do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização foi encerrado em 2023, tendo a Entidade recebido 13.685,88 Euros e os restantes 4.450 Euros foram considerados não elegíveis.

A rubrica "Processos Tribunal" corresponde ao pagamento, no valor de 26.971,70 Euros, do imposto do selo relacionado com a constituição da garantia (penhor) a favor da Autoridade Tributária, no âmbito dos processos de impugnação do IVA.

14.1.1.3 Diferimentos

Diferimentos	Períodos		Variação	Var. %
	2023	2022		
Ativos:				
Seguros pagos antecipadamente	3 028,94	2 712,85	316,09	11,65%
Outros	3 121,83	3 106,66	15,17	0,49%
Limpeza e higiene	-	151,64	-151,64	-100,00%
Total	6 150,77	5 971,15	179,62	3,01%

Esta rubrica inclui a especialização de encargos com seguros, aluguer de impressora, licença anual do software Primavera e assistência e licença ACINGOV.

14.1.2. Passivos financeiros mensurados ao valor nominal

Rubricas	Períodos					
	2023			2022		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimo CA tesouraria (5101022412)	0,00	150 000,00	150 000,00	0,00	138 265,47	138 265,47
Empréstimo CA (56064687325)	1 372 842,79	79 802,07	1 452 644,86	1 451 743,47	85 151,81	1 536 895,28
Empréstimo CGD	4 282 998,17	624 188,59	4 907 186,76	4 898 210,31	631 193,03	5 529 403,34
Locação financeira	0,00	88 717,31	88 717,31	88 821,94	14 709,31	103 531,25
Empréstimo CA (59075102047)	511 111,16	266 666,64	777 777,80	777 777,80	222 222,20	1 000 000,00
Empréstimo CA (56071536888)	434 264,66	24 085,02	458 349,68	457 916,86	25 782,22	483 699,08
Empréstimo CA (51010598778)	0,00	200 000,00	200 000,00	0,00	180 000,00	180 000,00
Factoring CGD nº100141636	0,00	21 624,68	21 624,68	0,00	31 507,16	0,00
Empréstimo Santander (17277087096)	73 205,52	68 838,81	142 044,33	0,00	0,00	0,00
Locação financeira CGD	14 606,42	2 205,13	16 811,55	0,00	0,00	0,00
total	6 689 028,72	1 526 128,25	8 056 301,09	7 674 470,38	1 328 831,20	8 971 794,42
Fornecedores	0,00	145 051,75	145 051,75	0,00	189 516,22	189 516,22
Outras contas a pagar	0,00	321 822,33	321 822,33	0,00	567 793,74	567 793,74
Diferimentos	0,00	468 623,12	468 623,12	0,00	12 041,54	12 041,54
Totais	6 689 028,72	2 461 625,45	8 991 798,29	7 674 470,38	2 098 182,70	9 741 145,92

14.1.2.1. Empréstimos

Em 13 de janeiro de 2023 foi celebrado um contrato de financiamento junto do Banco Santander, no valor de 200.000 Euros, pelo período de 72 meses, a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 2%.

Em novembro de 2023, os contratos de financiamento junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões foram renegociados, para um spread de 2,5%, à exceção do empréstimo nº 59075102047 que foi celebrado com um spread de 1,5% (linha covid).

Remete-se para a nota 6 do Anexo, a informação disponível sobre o empréstimo obtido junto da Caixa Geral de Depósitos.

O valor inscrito em locações financeiras não corrente refere-se ao contrato de leasing detalhado na nota 7 do Anexo.

No âmbito das medidas de resposta à pandemia de Covid-19, através do Decreto-lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, foram aprovadas medidas excecionais de proteção dos créditos. Estas medidas em particular incidem sobre o reforço da tesouraria e liquidez das empresas, prevendo uma moratória dos créditos em vigor, lançamento de linhas de crédito com garantia pública, por forma a garantir o financiamento dos agentes económicos e reduzir o incumprimento devido à situação extraordinária trazida pela pandemia.

Em abril de 2020, a Termalístur aderiu às moratórias públicas dos créditos de médio e longo prazo, conforme quadro resumo abaixo:

Banco	Prazo	Data_inicio	Data_fim	valor	Aumento prazo reembolso	Novo terminus
Credito Agricola	15 anos	21/03/2018	21/03/2033	1 750 000,00 €	moratória pública +6 meses	21/09/2033
CGD	20 anos	14/03/2008	14/03/2028	13 750 000,00 €	moratória pública +6 meses	14/09/2028
Santander	15 anos	01/11/2006	01/11/2021	426 000,00 €	moratória pública +6 meses	01/05/2022

O Decreto-Lei n.º 78-A/2020 de 29 de setembro, altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID 19, que permite que as empresas pertencentes aos setores mais afetados pelo impacto económico da pandemia continuem a beneficiar das moratórias de capital e juros até setembro de 2021. Isto é, as empresas cujo CAE conste do anexo ao Decreto-Lei n.º 78-A/2020 (que é o caso), têm vantagens em relação às restantes:

-beneficiam, de forma automática, de uma extensão pelo prazo de 12 meses da maturidade dos seus empréstimos.

Assim, o novo terminus dos empréstimos será o seguinte:

Banco	Prazo	Data_inicio	Data_fim	valor	Novo terminus
Credito Agricola	15 anos	21/03/2018	21/03/2033	1 750 000,00 €	21/09/2035
CGD	20 anos	14/03/2008	14/03/2028	13 750 000,00 €	14/09/2030
Santander	15 anos	01/11/2006	01/11/2021	426 000,00 €	01/04/2024

Em novembro de 2020, foi efetuada uma operação de financiamento, Crédito à Atividade-Fundo de Maneio no valor de 1.000.000 Euros, ao abrigo do protocolo Apoio Economia COVID 19-SMC, celebrado entre a Norgarante e a CCAM Beira Douro e Lafões CRL, pelo prazo de 72 meses (com carência de 18 meses), a uma taxa de juro Euribor a 12 meses, acrescida de spread de 1,5%. Esse empréstimo também beneficiou das moratórias-carência de capital de + 9 meses, previsto no Decreto-Lei n.º 22-C/2021 de 22 de março.

14.1.2.2. Fornecedores

Designação	2023	2022
Câmara Municipal de S. P. S.	89 488,97	147 088,81
EDP	11 449,52	6 186,42
INIAV	11 097,33	0,00
Microchen-Ensaios e análises, Lda	8 599,55	5 174,00
Artecer, Lda	7 366,94	1 948,32
Hotel Vouga	4 464,00	0,00
Trane Portugal, Soc. Unip. Lda	3 862,20	0,00
Outros de pequeno montante	3 467,65	3 129,25
Vitor Campos & Associado SROC	1 845,00	0,00
Visipapel, Lda	1 239,35	0,00
Maxicópia, Lda	1 107,00	0,00
HPRD, Lda	1 064,24	7 975,01
FunnyHow, Lda	0,00	7 364,63
Edengráfico S.A.	0,00	4 569,45
Geopor Unip., Lda	0,00	3 465,00
Repsolgás-Unip., Lda	0,00	1 367,83
Sociedade Portuguesa de Autores	0,00	1 247,50
	145 051,75	189 516,22

Verifica-se uma diminuição das dívidas a pagar a fornecedores em, cerca de, 44.465 Euros.

Em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 62% do saldo de fornecedores é referente ao único acionista da Empresa, o Município de São Pedro do Sul (MSPS). Este montante resulta da cedência de exploração do Balneário Rainha D. Amélia (61.842,95€) e do fornecimento de água (27.646,02€).

A exploração do balneário RDA, foi protocolada em 12 de fevereiro de 2004, por um prazo de trinta anos e entrou em vigor em 15 de março de 2004, segundo a "Cláusula nº 11" do referido protocolo. O MSPS transfere para a Termalitur, a gestão do referido balneário, bem como todos os bens e equipamentos nele existentes (ver nota 12.2).

A gestão compreende toda a gestão económica e financeira no que concerne ao pessoal, prestação e venda de serviços e bens, que são prestados fundamentalmente na aplicação de tratamentos que impliquem a utilização de água mineral natural e meios complementares para fins terapêuticos e outros serviços colaterais.

Em março de 2018 e após pedido ao Município de redução da renda baseada na aplicação do VPT, articulando o n.º 2 do Art.º 54º do Novo Regime do Arrendamento Urbano, referente a arrendamentos para fins não habitacionais e respetiva remissão para as alíneas a) e b) do n.º 2 do Art.º 34º do mesmo diploma, obteve-se um parecer favorável do mesmo, tendo a renda reduzido dos 65.940,57 Euros para 8.100,00 Euros (em 2023 foi de 8.950,28 Euros).

Em 11/08/2022 a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul revogou a anterior deliberação de 2011 que concedia isenção no pagamento do fornecimento de água, com efeitos a 01/01/2022.

14.1.2.3. Outras dívidas a pagar corrente

	2023	2022
Remunerações a liquidar (ferias e sub.)	188 096,14	177 244,96
Fornecedores de Investimento	87 973,50	353 147,37
Juros a liquidar	18 011,13	9 204,57
Imi a liquidar	17 485,60	16 275,45
Eletricidade	8 413,82	0,00
Outros credores	1 749,86	1 220,41
Pessoal	92,22	88,32
Saldos credores (clientes)	0,06	0,06
Outros credores por acréscimos de gastos	0,00	10 612,59
Total	321 822,33	567 793,73

Esta rubrica inclui, nomeadamente:

Handwritten marks and signatures in blue ink.

- Estimativa para férias e subsídio de férias no montante de 188.096,14 Euros, tendo esta aumentado face ao ano anterior devido ao aumento dos vencimentos;
- Dívidas a fornecedores de investimentos no valor de 87.973,50 Euros, sendo 40.039 Euros ao fornecedor Triunfo Vivo Unipessoal, Lda e 46.740 Euros ao fornecedor Pedro Santos Arquitetura, Lda;
- Especialização do Imposto Municipal sobre Imóveis no montante de 17.485,60 Euros;
- Especialização de juros suportados no montante de 18.011,13 Euros, referentes aos financiamentos.

14.1.2.4. Outras dívidas a pagar não corrente

Os valores inscritos nesta rubrica referem-se aos passivos referentes aos valores dos subsídios aos investimentos (ver nota 14.9).

14.1.2.5. Diferimentos

Diferimentos	Períodos		Variação	Var. %
	2023	2022		
Passivos:				
Estágios a reconhecer (IEFP)	24 882,09	10 274,77	14 607,32	142,17%
Fundo Ambiental	40,16	40,16	0,00	0,00%
POCI-AqvATOPIC	-	1 726,61	-1 726,61	-100,00%
Bairros digitais	5 350,00	-	5 350,00	
ATT Agenda Acelerar e Transf. Turismo	405 590,87	-	405 590,87	
Transformar Turismo	32 760,00	-	32 760,00	
Total	468 623,12	12 041,54	456 581,58	

A rubrica estágios a reconhecer (IEFP) inclui os rendimentos a reconhecer relativos aos subsídios do IEFP.

A rubrica ATT Agenda Acelerar e Transformar o Turismo” inclui os rendimentos a reconhecer, relativos ao subsídio atribuído ao projeto “Agenda Acelerar e Transformar o Turismo”, associados a gastos de pesquisa, qualificação e internacionalização. A 31 de dezembro de 2023 já tinha sido reconhecido 17.349,13 Euros, estando os restantes 405.590,87 Euros diferidos.

14.2. Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros

A Empresa não apresenta rendimentos de juros para os ativos financeiros.

O total de gastos de juros para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a) Gastos de juros para passivos financeiros:

Passivos Financeiros	Períodos	
	2023	2022
Juros suportados	399 104,16	168 526,21
Outros gastos de financiamento	21 743,22	19 383,94
	420 847,38	187 910,15

14.3. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 Euros, estando totalmente realizado, sendo detido a 100% pelo Município de S. Pedro do Sul.

O montante de capital inclui uma entrada em espécie de 1.239.043 Euros, referente ao imóvel designado "Silo Auto".

14.4. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2023, a Empresa detinha um capital social de 4.559.379 ações, ao valor nominal de 1 Euro por ação, integralmente realizadas.

14.5. Variação do número de ações em circulação durante o período

Não houve variação do número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2023.

14.6. Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

14.7. Outras Reservas

O valor constante desta rubrica, compreende os resultados de anos anteriores, que por decisão do Conselho de Administração e das várias Assembleias Gerais, deliberaram constituir reservas livres, com os resultados obtidos nos diversos períodos.

14.8. Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados líquidos dos anos anteriores.

14.9. Outras variações do capital próprio

Os movimentos ocorridos no ano apresentam-se no seguinte quadro:

Descritivo	2023				Saldo final
	Saldo inicial	Aumento	Imputação	Regularização	
Subsídios ao investimento	1 227 728,86	3 475 495,40	11 774,36	-3 989,54	4 687 460,36
Subsidio Adlap	2 009,67		60,90		1 948,77
Subsidio Nestpolis	9 276,83		5 138,72		4 138,11
Subsidio Termalismo + inclusivo	93 734,47		5 887,20		87 847,27
Subsidio FAI	1 093 966,87				1 093 966,87
Subsidio AqvATOPIC	28 741,02		687,54	-3 989,54	24 063,94
Subsidio Transformar Turismo		71 695,40			71 695,40
Subsidio Agenda acelerar e transformar o Turismo		3 403 800,00			3 403 800,00
Ajustamentos Impostos diferidos	276 239,10	781 986,47	2 649,34	-897,65	1 054 678,58
Subsidio Adlap	452,41		13,70		438,71
Subsidio Nestpolis	2 087,84		1 156,26	0,00	931,58
Subsidio Termalismo + inclusivo	21 089,57		1 324,68		19 764,89
Subsidio FAI	246 142,55	16 131,47			262 274,02
Subsidio AqvATOPIC	6 466,73	765 855,00	154,70	-897,65	771 269,38
Subsídios após efeito de impostos diferidos	951 489,76	2 693 508,93	9 125,02	-3 091,89	3 632 781,78

Descritivo	2022		
	Saldo inicial	Imputação	Saldo final
Subsídios ao investimento	1 240 617,85	12 888,99	1 227 728,86
Subsidio Adlap	2 070,57	60,90	2 009,67
Subsidio Nestpolis	16 217,72	6 940,89	9 276,83
Subsidio Termalismo + inclusivo	99 621,67	5 887,20	93 734,47
Subsidio FAI	1 093 966,87		1 093 966,87
Subsidio AqvATOPIC	28 741,02		28 741,02
Ajustamentos Impostos diferidos	279 139,19	2 900,09	276 239,10
Subsidio Adlap	466,12	13,70	452,41
Subsidio Nestpolis	3 649,54	1 561,70	2 087,84
Subsidio Termalismo + inclusivo	22 414,26	1 324,69	21 089,57
Subsidio FAI	246 142,55		246 142,55
Subsidio AqvATOPIC	6 466,73		6 466,73
Subsídios após efeito de impostos diferidos	961 478,66	9 988,90	951 489,76

15. Benefícios dos empregados

Descrição	2023	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas	147	231 382
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	147	231 382
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	146	230 878
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa :	146	230 878
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	1	504
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial		
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	45	70 831
Mulheres	102	160 551

Os gastos com o pessoal estão detalhados no quadro a seguir:

Descrição	Periodos		Variação	
	2023	2022	Absoluta	% face a 2022
Gastos com o pessoal				
Remunerações dos órgãos sociais	51 194,40	44 178,42	7 016	15,9%
Remunerações do pessoal	1 943 724,99	1 786 652,31	157 073	8,8%
Encargos sobre remunerações	414 328,56	387 925,08	26 403	6,8%
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	29 035,29	19 760,77	9 275	46,9%
Outros gastos com pessoal	41 615,02	50 526,73	(8 912)	(17,6%)
Dos quais:	0,00			
Higiene, segurança trabalho	3 296,37	2 994,00	302	10,1%
Gastos com SNS	36 942,08	33 656,04	3 286	9,8%
Gastos com fardamento	85,32	716,33	(631)	(88,1%)
Gastos com formação	1 275,00	12 496,00	(11 221)	(89,8%)
Outros gastos com pessoal	16,25	664,36	(648)	(97,6%)
	2 479 898,26	2 289 043,31	190 854,95	8,3%

Conforme se pode verificar, ocorreu um aumento nos valores de gastos com o pessoal. O acréscimo verificado nos gastos com o pessoal, deve-se à atualização das tabelas salariais, fruto do aumento do SMN de 705 Euros para 761,58 Euros e atualizações nos restantes funcionários. Também se verifica, um aumento do seguro de acidente de trabalho resultante por um lado, do aumento das remunerações e por outro do agravamento do prémio. Relativamente ao número de colaboradores, em termos médios foi de 147 no ano 2023, e de 151 no ano 2022.

Na rubrica "Outros gastos com pessoal" está contabilizada a despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 36.817,08 Euros (2022: 33.656,04 Euros).

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado nem à Segurança Social nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2023.
- Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- A Empresa não dispõe de sucursais.
- Os honorários do Revisor Oficial de Contas relativamente à Certificação Legal de Contas de 2023 é de 4.440 Euros. A 31 de dezembro de 2023 não existiam dívidas vencidas.

17. Outras informações

17.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e outros entes públicos" é o seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	3 576,74	4 366,21
	3 576,74	4 366,21
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	598,13	
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	29 912,64	7 537,41
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	8 572,10	10 611,26
Segurança Social	26 165,07	29 009,19
Outros impostos	99 318,38	62 863,20
	164 566,32	110 021,06

A Empresa em termos de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) encontra-se submetida ao regime de “pro rata”. No decorrer de 2023, a Empresa utilizou o “pro rata provisório” de 16%, isto é, na aquisição de bens e serviços a Empresa suportou 84% do IVA.

No final do ano foi apurado o “pro rata definitivo” de 16%, não sendo necessário efetuar nenhuma regularização.

As dívidas apresentadas no passivo decorrem da normal atividade da empresa e foram liquidadas dentro dos prazos legais estabelecidos no ano 2023, à exceção da despesa com a prestação de serviços do Serviço Nacional de Saúde e a dispensa de medicamentos aos seus trabalhadores no valor de 98.680,80 Euros, que se encontra em dívida o valor referente aos anos de 2021, 2022 e 2023.

17.2. Fornecimentos e serviços externos

De um modo geral, o valor desta rubrica diminuiu, cerca de 11.700 Euros, aproximadamente 1% em relação a 2022.

Verifica-se uma diminuição do valor da água, relativamente a 2022, resultante da aquisição de um sistema de filtragem da água do rio para arrefecimento da água termal, diminuindo assim o consumo da água da rede.

Verifica-se uma diminuição do valor da rubrica publicidade e propaganda resultante da conclusão do projeto de rebranding das marcas “Termas de S. Pedro do Sul” e “Aqva”.

Os “Serviços especializados” incluem 310.671 Euros referentes a Consultas Médicas de Hidrologia e Medicina Física e Reabilitação realizadas pelo corpo clínico (2022: 288.003 Euros).

	2023	2022	Variação	Variação %
Serviços especializados	424 386,84	370 182,49	54 204,35	14,6%
Rendas e alugueres	139 505,91	136 550,50	2 955,41	2,2%
Electricidade	100 543,39	100 790,93	-247,54	(0,2%)
Outros serviços (Inclui animação termal)	71 188,41	37 030,72	34 157,69	92,2%
Material de conservação e reparação	45 861,15	32 708,58	13 152,57	40,2%
Publicidade e propaganda	39 426,05	95 900,85	-56 474,80	(58,9%)
Honorários	39 348,40	35 154,53	4 193,87	11,9%
Água	35 400,75	80 697,62	-45 296,87	(56,1%)
Combustíveis	34 614,89	43 317,74	-8 702,85	(20,1%)
Conservação e reparação	29 229,07	36 316,00	-7 086,93	(19,5%)
Seguros	29 098,24	27 745,91	1 352,33	4,9%
Despesas de representação	22 875,49	18 677,37	4 198,12	22,5%
Serviços bancários	12 056,45	10 771,78	1 284,67	11,9%
Material para bem-estar	8 964,35	7 527,09	1 437,26	19,1%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6 991,19	20 633,00	-13 641,81	(66,1%)
Comunicação	5 869,15	5 672,34	196,81	3,5%
Material de escritório	5 834,89	5 186,50	648,39	12,5%
Limpeza, higiene e conforto	5 356,10	3 295,37	2 060,73	62,5%
Outros serviços	4 995,47	12 272,25	-7 276,78	(59,3%)
Outros Materiais	4 163,84	2 684,83	1 479,01	55,1%
Deslocações e estadas	3 287,60	1 880,18	1 407,42	74,9%
Livros e documentação técnica	2 659,65	281,17	2 378,48	845,9%
Material para tratamentos	2 502,31	2 521,38	-19,07	(0,8%)
Transportes de mercadorias	1 423,61	42,39	1 381,22	3258,4%
Contencioso e notariado	990,16	456,29	533,87	117,0%
Artigos de ofertas	249,20	225,18	24,02	10,7%
	1 076 822,56	1 088 522,99	-11 700,43	(1,07%)

17.3. Outros rendimentos

RUBRICAS	Períodos	
	2023	2022
Rendimentos suplementares	53 622,05	54 932,75
Dos quais:		
Geotermia-Com Iva ded.	9 600,00	7 200,00
Electricidade-Com Iva ded.	0,00	90,68
Cedência Espaço "Vodafone"	5 096,88	5 096,88
Cedência Exploração "Quiosque Termas"	0,00	1 125,00
Aluguer Salas	439,02	0,00
Gerós	26 283,11	29 673,75
Cedência de Exploração Bar Gerós	1 002,00	765,00
Cedência Exploração "CAFÉ BAR BDAH"	11 201,04	10 981,44
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,41	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	229 048,37	16 249,01
Dos quais:		
Alienações	206 633,71	0,00
Sinistros	7 951,18	5 598,53
Fracção D	6 162,24	6 041,40
Fracção C-Loja Cidadão	4 701,24	4 609,08
Fracção A-Loja	2 400,00	0,00
Fracção A-Bar	1 200,00	0,00
Correções relativas a exercicios anteriores	124,79	0,00
Subsídios ao investimento	11 774,36	12 888,99
Compensação financeira p/ equilíbrio financeiro	278 562,17	379 468,43
Outros	111,24	7 449,12
Total	573 245,39	470 988,30

Conforme se pode verificar, existem frações associadas ao Balneário D. Afonso Henriques que se encontram arrendadas, gerando um rendimento que, à data de 31 de dezembro de 2023, soma o montante de 14.463,48 Euros (2022: 10.650,48 Euros) (Fracção D e fracção C e 2 parcelas da fracção A). A fracção "B" ("Café bar BDAH) encontra-se em cedência de exploração, tendo gerado um rendimento de 11.201,04 Euros (2022: 10.981,44 Euros).

As parcelas associadas a estes arrendamentos são irrelevantes, face à dimensão total do imóvel, e não existe a possibilidade das parcelas serem vendidas de forma separada, pelo que, atendendo ao parágrafo 10 da NCRF nº11 não se encontram classificadas na rubrica "Propriedades de Investimento".

A 19 de dezembro de 2023 foi celebrado um contrato promessa compra e venda com tradição, entre a Termalistur e o Município de S. Pedro do Sul, referente ao imóvel "Complexo do Gerós" pelo valor de 655.000€. Com a assinatura do contrato o Município entrou de imediato na posse do prédio podendo nele praticar todos os atos de posse, incluindo obras novas e de melhoramento

das existentes, como se de verdadeiro dono de tratasse. Este imóvel na data da alienação encontrava escriturado pelo valor de 450.116,29 Euros, tendo originado uma mais-valia contabilística no valor de 204.883,71€.

Em 2023 também foi alienada uma estufa de vapor à coluna pelo valor de 1.750 Euros, que já não tinha nenhum valor contabilístico, tendo originado uma mais-valia de 1.750 Euros

Nos termos do nº1, do art.40º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, as empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados, acrescentando o nº2, do mesmo normativo legal que *“sem prejuízo do disposto no nº5, no caso de resultado líquido antes de imposto se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa”*.

Relativamente ao ano de 2023, a compensação financeira para equilíbrio de resultados nos termos do nº2 do artigo 40º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, tem o valor de 278.562,17 Euros (ver nota 12.2).

17.4. Outros gastos

RUBRICAS	Períodos	
	2023	2022
Impostos	39 383,20	27 699,23
IMI - Imposto Municipal sobre imoveis	17 516,75	16 275,45
Imposto selo	19 564,14	9 005,62
Taxas	2 302,31	2 418,16
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,52
Perdas em inventários	623,90	3 913,19
Correções relativas a periodos anteriores	8 293,72	956,81
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	11 613,20	9 551,36
Ofertas e amostras de inventários	2 479,03	7 479,74
Insuficiência estimativa para impostos	0,00	21,09
Outros	5 641,43	452,82
	68 034,48	50 074,76

17.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

17.5.1 Passivos contingentes

Em 2014, durante os meses de fevereiro a outubro, a Empresa foi objeto de uma ação inspetiva pela Direção de Finanças de Viseu, a qual incidiu sobre os exercícios económicos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 em sede de IVA, e sobre os exercícios económicos de 2011, 2012 e 2013 em sede de IRC, tendo sido notificada do Relatório de Inspeção Tributária em 26/11/2014.

De acordo com os serviços de inspeção tributária a Empresa não pode beneficiar nos tratamentos termais da isenção prevista na alínea 1 e na alínea 2 do Art.º 9º do CIVA, constituindo as mesmas prestações de serviços sujeitas a IVA.

Sucedo que, de acordo com a informação nº2141, do SIVA, desp. de 86.11.04, a prestação de serviços termais está isenta de IVA, bem como as prestações que constituem o prolongamento direto dos cuidados médicos e sanitários prestados aos utentes, por inclusão no nº2 do artigo 9º do CIVA, devendo, no entanto, ficar fora do âmbito de isenção, as prestações de serviços efetuadas pela hotelaria, normalmente existente em tais estabelecimentos. Assim, tendo em consideração que o entendimento vigente na altura emanado nesta informação administrativa se mantém atual face à jurisprudência produzida desde então, que define o âmbito de aplicação da isenção, a prestação principal - prestação de tratamentos termais - é uma operação isenta. Sendo também de mencionar que este entendimento foi recentemente prestado pela própria Autoridade Tributária na informação vinculativa referente ao processo nº4328, por despacho de 2013-01-14.

A Empresa não concorda com os fundamentos apresentados e correções efetuadas pela Autoridade Tributária em, aproximadamente, 3.525.000 Euros, tendo apresentado Reclamações Graciosas, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento das Reclamações Graciosas, Pedidos de revisão oficiosa, Recursos Hierárquicos contra o indeferimento dos Pedidos de revisão oficiosa, em sede de IVA e IRC, para cada um dos anos.

A 18/11/2015 de acordo com o disposto na al. d), do n.º 1, do Art.º 102º, do CPPT e Art.º 97º do CIVA, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IVA e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por "correções técnicas", vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT.

A 24/03/2016 de acordo com o disposto no nº2 do Artº 76, Artº 99 e al. E), do nº1, do Artº102 do CPPT e Artº 137 do CIRC, apresentou Impugnação Judicial do ato de indeferimento tácito do recurso hierárquico do indeferimento da reclamação graciosa de apreciação da legalidade das liquidações de IRC e de Juros Compensatórios referentes aos exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013, com base nos fundamentos de inexistência dos factos tributários subjacentes à liquidação, juros compensatórios não devidos, erro na determinação, qualificação e quantificação do imposto em falta por “correções técnicas”, vício de forma, preterição de formalidades legais, vício de violação da lei, ausência ou falta de fundamentação e outras irregularidades referidas nos Art.º 99º do CPPT. No dia 14 de novembro de 2016 foi emitido o ofício-circulado nº30184 que versa sobre o assunto “IVA-Atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos termais”. Atenta à pertinência desse ofício para a decisão do objeto dos autos, a Termalitur requereu a junção do mesmo aos autos, no entanto a Autoridade Tributária manteve a sua posição.

Para obter a suspensão da execução fiscal, e na impossibilidade de apresentar outras formas de garantia, a Termalitur aceitou dar como garantia sob a forma de penhor o trespasse do estabelecimento comercial com todos os seus pertences.

Em 28 de fevereiro de 2019, foi conhecida a sentença, do processo 887/15.2BEVIS, relativa da IVA de 2012, no valor de 763.416,71 Euros, que obteve o seguinte desfecho;

“julga-se a presente impugnação parcialmente procedente e, conseqüentemente,

a. Determina-se a anulação das Liquidações de IVA e juros compensatórios impugnadas respeitantes ao ano de 2012;

b. Absolve-se a Fazenda Publica do pedido de indemnização por garantia indevida e de condenação como litigante de má-fé.

ii) Condena-se nas custas do incidente de litigância de má-fé a impugnante, fixando-se estas em UC {cfr. Artº 527 do CPC aplicável a viarL 2. do CPPT, nfl 4 do ai-Lº 7Y e Tabela Anexa 11 cio RCP};

iii) Condenam-se nas custas dos presentes autos a impugnante e a Fazenda Publica, segundo o seu decaimento, respetivamente 5% e 95% [cfr. arL 527 do CPC aplicável ar v/arL 2. do CPPT, art. 6. e Tabela.

No ano de 2020 foram conhecidas as sentenças dos processos 888/15.0BEVIS, 886/15.4BEVIS e 886/15.6BEVIS, relativos aos valores o IVA de 2013, 2011 e 2010, respetivamente, onde consta a absolvição no pagamento das respetivas liquidações.

A Autoridade Tributária procedeu à apresentação do recurso das sentenças, e tendo em consideração da Mandatária judicial que está encarregue do processo, que considera a

possibilidade de condenação da Entidade remota, a Administração considera possível não vir a ser penalizada com o pagamento dos impostos IVA/IRC e demais acréscimos legais, originados com as alterações efetuadas pela Autoridade Tributária neste e demais processos, com a mesma natureza, motivo pelo qual não procedeu à constituição de qualquer provisão. Presentemente, a entidade apresentou as contra-alegações do recurso apresentado pela Autoridade Tributária ao IVA de 2010.

17.5.2 Ativos contingentes

A 28 de abril de 2022, a Termalitur adquiriu ao Município de S. Pedro do Sul o prédio urbano anexo ao Balneário Rainha D. Amélia "Museu RDA", artigo matricial nº3669, pelo montante de 252.603€. Considerando que este prédio foi desanexado do prédio urbano, denominado "Balneário Rainha D. Amélia", e que a entidade paga uma renda mensal, seria razoável considerar que deveria ter existido uma redução da renda praticada na proporção da área total do terreno, o que não aconteceu. A entidade já solicitou ao Município esta redução aguardando correção das rendas de 8 meses de 2022 e do ano de 2023.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo à sua capacidade diferenciadora face à concorrência e aos apoios que recebe do Município de S.P. Sul.

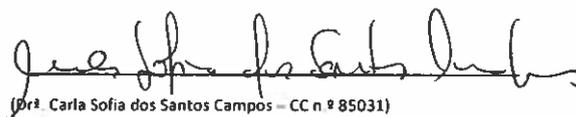
Termas, 28 de março de 2024

O Conselho de Administração:

A Contabilista Certificada



(Dr. Vitor Jorge Paiva Leal – Presidente do Conselho de Administração)



(Dr.ª Carla Sofia dos Santos Campos – CC n.º 85031)



(Dr. Fernando Varando Aido - Vogal)



(Dr.ª Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho - Vogal)